

CURSO DE MESTRADO EM GESTÃO EMPRESARIAL DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO

ECONOMIA

Rosa Fontes

Professora Titular do Depto. de Economia da UFV-Viçosa

Pesquisadora do CNPq e da FAPEMIG

Ph.D em Economia pela North Carolina State University, EUA

Pós-Doutorado na University of California-Berkeley, EUA

VIÇOSA-MG

ABRIL DE 2000

I –INTRODUÇÃO

- 1.1. Economia
- 1.2. Capitalismo e Mercado
 - 1.2.1. Principais Características do Capitalismo e do Sistema de Mercado
 - 1.2.2. Capitalismo e Mercado segundo Smith, Marx e Keynes
 - 1.2.3. Microeconomia versus Macroeconomia

II. INTRODUÇÃO A MICROECONOMIA

- 1.1. Principais Regimes de Mercado
 - 2.1.1. Concorrência Perfeita
 - 2.1.2. Monopólio
 - 2.1.3. Oligopólio
 - 2.1.4. Concorrência Monopolística
- 2.2. Teoria da Demanda e da Oferta
 - 2.2.1. Lei da Demanda
 - 2.2.2. Bens Normais e Inferiores
 - 2.2.3. Bens Substitutos e Complementares
 - 2.2.4. Fatores que Afetam a Demanda
 - 2.2.5. Demandas Individuais e de Mercado
 - 2.2.6. Lei da Oferta
 - 2.2.7. Fatores que Afetam a Oferta
 - 2.2.8. Ofertas Individuais e de Mercado
 - 2.2.9. Equilíbrio e Desequilíbrio
 - 2.2.10. Elasticidade Preço da Demanda
 - 2.2.11. Elasticidade Preço da Oferta

III. INTRODUÇÃO A MACROECONOMIA

- 3.1. Produção ou PIB
 - 3.1.1. Variáveis que Afetam a Produção
 - 3.1.2. Definição de PIB
 - 3.1.3. O Fluxo Circular da Renda e da Despesa
 - 3.1.4. Como Mensurar o PIB
 - 3.1.5. Decomposição do PIB

- 3.1.6. Deficiências do PIB como Medidor da Produção Global
- 3.1.7. PIB Nominal versus PIB Real
- 3.1.8. Produto Potencial versus Produto Efetivo
- 3.1.9. PIB versus PNB
- 3.1.10. PIB Brasileiro nos Últimos Anos

- 3.2. Crescimento Econômico
 - 3.2.1. Variáveis que Afetam o Crescimento Econômico
 - 3.2.2. Importância do Capital Humano
 - 3.2.3. Crescimento Econômico no Brasil

- 3.3. Desemprego
 - 3.3.1. Tipos de Desemprego
 - Desemprego Voluntário versus Involuntário
 - Desemprego Natural ou Friccional
 - Desemprego Disfarçado
 - Desemprego Estrutural ou Tecnológico
 - 3.3.2. Soluções para o Desemprego
 - 3.3.3. Desemprego no Brasil

- 3.4. Inflação e Política Monetária
 - 3.4.1. O que é Inflação
 - 3.4.2. Diferentes Classificações de Inflação
 - Inflação Ex-Post e Ex-Ante
 - Inflação Aberta e Reprimida
 - Inflação de Demanda e de Oferta
 - 3.4.3. Como se Mede A Inflação
 - Índices de Preços
 - A Construção dos Índices de Preços
 - Índices de Laspeyres e Paasche
 - 3.4.4. Índices de Preço no Brasil
 - 3.4.5. Inflação e Taxa de Juros
 - 3.4.6. O que Causa a Inflação
 - 3.4.7. Causas do Crescimento Monetário Excessivo
 - 3.4.8. A Prática da Política Monetária
 - 3.4.9. Diferentes Conceitos de Moeda
 - Conceitos Antigos de Moeda
 - Moeda Mercadoria
 - Moeda Metálica
 - Moeda Papel
 - Papel Moeda ou Moeda Fiduciária
 - Moeda Escritural ou Bancária
 - Conceitos Atuais de Moeda

- Base Monetária
- M1, M2, M3, M4
- 3.4.10. Crescimento Monetário no Brasil
- 3.4.11. Receitas Governamentais Provenientes da Inflação
- 3.4.12. Consequências da Inflação
- 3.4.13. Inflação no Brasil
 - Planos Econômicos Cruzado, Bresser, Verão e Collor
 - Resultados Alcançados com o Plano Real
- 3.5. Balanço de Pagamentos e Política Cambial
 - 3.5.1. Comércio Internacional e Vantagem Comparativa
 - 3.5.2. Balanço de Pagamentos
 - Conta Corrente
 - Conta de Capital
 - 3.5.3. Comportamento Recente do Balanço de Pagamentos Brasileiro
 - 3.5.4. Taxa de Câmbio
 - Taxa de Câmbio Nominal
 - Valorização e Desvalorização Nominal da Moeda
 - Taxa de Câmbio Real
 - Valorização e Desvalorização Real da Moeda
 - Taxas de Câmbio Fixa e Flexível
 - Bandas de Câmbio
 - 3.5.5. Taxa de Câmbio Nominal Brasileira
- 3.6. Deficit, Dívida e Política Fiscal
 - 3.6.1. Principais Variáveis de Política Fiscal
 - 3.6.2. Principais Conceitos de Deficit e Dívida
 - Deficit Nominal
 - Deficit Real
 - Deficit Operacional do Setor Público
 - Deficit Primário
 - 3.6.3. Comportamento da Dívida Interna e Externa Brasileira

I. INTRODUÇÃO

1.1. ECONOMIA

A *Economia* é usualmente definida como a ciência que estuda a alocação de fatores de produção escassos entre diferentes alternativas de produção de bens e serviços. Realmente, todos os bens econômicos tem a característica de serem escassos, isto é, eles não existem em quantidade suficiente para satisfazerem às necessidades e desejos de todos. Como consequência, as pessoas tem que pagar para obtê-los.

A *escassez* de recursos faz com que haja necessidade de se fazer uma *escolha* de seus melhores usos. Há que se escolher como alocar os escassos recursos inteligentemente e essa busca deve-se basear numa análise dos *custos de oportunidade* dos recursos. O custo de oportunidade de um bem ou recurso X é medido em função do custo de um outro bem ou recurso Y que deve ser deixado de ser consumido ou utilizado para que X seja obtido. Refere-se ao custo das oportunidades sacrificadas. Uma mão-de-obra desqualificada tem, por exemplo, um custo de oportunidade baixo, já que suas alternativas de emprego são limitadas e mal-remuneradas. Um profissional qualificado, no entanto, tem um custo de oportunidade alto, pois geralmente encontra várias alternativas bem remuneradas de trabalho condizentes com seu nível de especialização.

Todos os recursos ou fatores de produção tem custos de oportunidade associados a eles. Um fazendeiro, por exemplo, ao decidir plantar batatas, intuitivamente faz uma análise do custo de oportunidade de suas terras e do que ele poderia estar ganhando com plantios alternativos à batata. O comerciante que decide investir seu capital em uma mercearia também compara os possíveis lucros do capital investido na mercearia com os rendimentos que esse mesmo capital poderia lhe dar numa mera aplicação financeira. Assim, os juros de uma aplicação financeira correspondem ao custo de oportunidade do capital investido na mercearia. Parece óbvio que o investimento da mercearia só será compensatório se houver expectativa de que ele gere lucros superiores ao custo de oportunidade do capital, ou seja, aos juros pagos pelo mercado.

A economia é, portanto, a ciência que aloca recursos escassos entre fins alternativos, para isso lançando mão da análise do custo de oportunidade dos diferentes recursos ou fatores de produção. Pode-se também visualizar a economia como a ciência que estuda o sistema de mercado que prevalece nos países capitalistas.

1.2. CAPITALISMO E MERCADO

1.2.1. Principais Características do Capitalismo e do Sistema de Mercado

O sistema econômico que tende a prevalecer no mundo atual é o *capitalismo*, que se caracteriza pelo inviolável direito à *propriedade privada* e pelo *sistema de mercado* organizado, com ativa compra e venda de produtos e insumos e com ampla liberdade nos mercados de mão-de-obra e moeda.

No capitalismo, prevalece o sistema de mercado, onde as atividades econômicas são livremente determinadas pelos homens e mulheres, de acordo com as oportunidades do próprio

mercado. As atividades econômicas não são estabelecidas por tradição ou de acordo com as vontades, ordens e comandos de um ditador, rei ou senhor feudal. Ao contrário, as pessoas são livres para escolher o trabalho que lhes interessa, para comprar ou vender terra e para emprestar ou tomar emprestado capital.

A terra, o trabalho e o capital empregados nas atividades de mercado são chamados *fatores de produção* e são característicos do sistema capitalista. Apesar de existir terra, trabalho e capital nos sistemas econômicos pré-capitalistas, somente no capitalismo esses fatores de produção se transformaram em mercadorias à venda. Por exemplo, a mão-de-obra atualmente é contratada livremente e remunerada com salários, em oposição à antiga escravidão. A terra é também comprada e vendida livremente, ao contrário do sistema feudal, onde a posse da terra implicava em deveres a serem cumpridos.

Uma característica essencial do sistema de mercado é o fluxo regular de renda e riqueza direcionado à produção, via poupança e investimento, organizado através de bancos e instituições financeiras que cobram juros dos que pedem emprestado como pagamento pelo uso da riqueza dos que emprestam capital. Assim, a maioria das transações comerciais é realizada atualmente com dinheiro emprestado, sobre o qual pagam-se juros. É interessante mencionar que emprestar a juros, antigamente, era considerado usura, de acordo com a igreja, sendo a usura um pecado grave. Como a influência da igreja sob a sociedade era bem maior do que atualmente, a cobrança de juros pela utilização do dinheiro era crime na Idade Média.

Um outro elemento importante que contribuiu para maior produtividade e expansão do mercado foi a *tecnologia* ou *know-how*, observado principalmente a partir da Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX. Com a invenção de inúmeras máquinas e ferramentas, a mecanização das atividades produtivas e a instalação do sistema fabril, o sistema de mercado e o capitalismo consolidaram-se de forma definitiva.

1.2.2. *Capitalismo e Mercado segundo Smith, Marx e Keynes*

Adam Smith é tido como o fundador da Economia. Ele viveu de 1723 a 1790, publicando em 1776 sua famosa obra *A Riqueza das Nações*. Uma de suas idéias liberais mais divulgadas refere-se à *mão invisível*: o sistema de mercado age como uma mão invisível, pois nele as ações individuais e egoístas dos agentes econômicos acabam gerando os melhores resultados do ponto de vista da sociedade como um todo.

A *competição* é o principal mecanismo do sistema de mercado, impondo naturalmente certa disciplina aos diversos agentes econômicos. Se, por exemplo, um vendedor tenta colocar seu produto no mercado a preços excessivamente elevados, ele não encontrará comprador. Também um trabalhador que queira receber um salário acima dos níveis vigentes no mercado não encontrará trabalho.

Adam Smith foi o grande defensor do mecanismo auto-regulador do mercado, enfatizando os benefícios do *laissez faire*¹ e da não-intervenção do governo na economia para a sociedade como um todo. Um sistema econômico dessa natureza geraria maiores mercados e conseqüentemente maior riqueza para a nação.

Uma outra idéia de *Smith* bastante divulgada (e relacionada ao aumento de riqueza da nação) refere-se à *divisão do trabalho* como mecanismo fundamental do aumento da

¹ Política econômica liberal que estimula a competição e condena o controle e a regulação excessiva do governo na economia.

produtividade da mão-de-obra. A fragmentação das tarefas em várias sub-tarefas foi dinamizada principalmente a partir da Revolução Industrial, dada a maior utilização de máquinas e equipamentos no processo produtivo.

Apesar da Revolução Industrial ter contribuído decisivamente para a posterior guinada de desenvolvimento dos países, não se deve perder de vista que ela ocorreu numa época em que o turno de trabalho para mulheres e crianças era de 16 horas, não havia qualquer consciência dos direitos políticos e sociais dos trabalhadores e existia muita miséria entre os desempregados. É compreensível, portanto, que a leitura do capitalismo feita por *Karl Marx*, economista que viveu de 1818 a 1883, tenha sido bastante distinta da visão de Adam Smith.

Karl Marx é considerado o pai do comunismo, uma doutrina que propõe o fim das classes sociais e do Estado, com a abolição total da propriedade privada e uma igual distribuição dos bens produzidos pela sociedade.

Ao contrário de Smith, ele diagnosticava caos e desordem para o sistema capitalista de produção, culminando eventualmente com o seu derradeiro fim. Marx previa que haveria luta de classes sociais como resultado das tensões e antagonismos entre trabalhadores e proprietários inerentes ao sistema capitalista. O mercado era visto por ele como uma poderosa força negativa de acumulação de capital e riqueza. Os lucros eram obtidos porque os capitalistas remuneravam a mão de obra menos do que deveriam, daí originando a teoria da mais-valia. *Mais-valia* é pois, um termo tipicamente marxista e corresponde ao valor do trabalho não pago ao trabalhador que gera lucro ao capitalista. Refere-se à exploração dos assalariados pelos capitalistas.

O que distingue Smith de Marx é principalmente o fato do primeiro ter visualizado a acumulação e o crescimento econômico como aspectos inerentes e positivos do capitalismo, enquanto que o segundo via a acumulação e o crescimento como processos que ocorreriam às custas da marginalização das pequenas firmas e dos trabalhadores, reduzindo eventualmente a estrutura social a uma grande massa de proletariados e a um pequeno número de poderosos capitalistas. Marx previa uma proletarização da mão de obra no sistema capitalista que, em última instância, motivaria uma intensa luta de classes. Em síntese, o capitalismo seria um sistema político-econômico auto-destrutivo, na concepção marxista.

John Maynard Keynes, o economista inglês que viveu de 1883 a 1946, foi totalmente a favor do sistema capitalista, embora divergindo substancialmente da visão smithiana.

Antes de 1930 predominou na economia a escola clássica, cujo expoente máximo foi Adam Smith, que defendia o ajuste automático da economia sem qualquer intervenção do governo. O fenômeno da Grande Depressão em 1930 contribuiu decisivamente para modificar essa situação. Com a Grande Depressão a produção caiu muito, as taxas de desemprego subiram vertiginosamente, os bancos fecharam e as economias simplesmente não conseguiram retornar automaticamente (como previsto na visão liberal) ao nível de *pleno emprego* isto é, a uma situação de total utilização da mão de obra no sistema produtivo. Essa situação de desgraça, caos e pânico foi totalmente inesperada, tanto para a sociedade como para os economistas. O famoso livro de Keynes *Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda* surgiu justamente nesse contexto, descrevendo a economia de mercado de forma bastante distinta de Adam Smith e outros liberais clássicos.

Keynes acreditava que o nível geral da atividade econômica era determinado pela motivação dos empresários em fazer investimentos de capital. Antes de Keynes, pensava-se que essa motivação empresarial e o conseqüente acúmulo de capital só temporariamente poderiam

ser interrompidos, sempre retornando a uma situação de equilíbrio. Mas com Keynes esse diagnóstico foi bem mais dramático. O argumento Keynesiano básico foi de que não existia qualquer garantia de *pleno-emprego* no sistema de mercado. Ele contradisse o liberalismo econômico clássico ao mostrar a inexistência do princípio do equilíbrio automático na economia capitalista. Para os clássicos como Smith, o mercado poderia ter desemprego temporário, mas a economia voltaria naturalmente a uma situação de pleno emprego, sem necessidade de intervenção governamental. Keynes, no entanto, teve um diagnóstico mais pessimista da economia, visualizando uma situação definitiva de *equilíbrio de desemprego* ou equilíbrio abaixo do pleno emprego para o mercado, ou seja, com inúmeros trabalhadores desempregados e máquinas e equipamentos ociosos, como ocorreu nos anos 30. Ele defendeu maior intervenção governamental na economia por não acreditar que as forças de mercado fossem capazes de fazer a economia voltar a uma situação de pleno emprego.

Desemprego, recessão, estagnação e depressão não foram temas econômicos predominantes no pensamento clássico, mas foram recorrentes nos escritos de Keynes. O problema do desemprego, para ele, era consequência de uma demanda insuficiente de bens e serviços, só podendo ser solucionado através do aumento do investimento. Assim, o investimento era visto por Keynes como o elemento dinâmico da economia, com capacidade para estimular a demanda agregada e garantir o pleno emprego. O governo teve um papel fundamental no pensamento Keynesiano, por ele acreditar que o problema do desemprego poderia ser resolvido através da intervenção estatal. Medidas de incentivo ao investimento privado, aumento dos investimentos públicos e redução das taxas de juros estimulariam a atividade produtiva, diminuindo, conseqüentemente, o desemprego. Em síntese, a ideologia capitalista é resgatada no cenário Keynesiano intervencionista, substancialmente diferente da visão smithiana liberal.

Não se pode perder de vista que esses grandes economistas foram produtos de suas épocas, como mencionam Heilbroner e Thurow² Adam Smith personificou o otimismo de um capitalismo nascente, Karl Marx foi o porta-voz das vítimas do período industrial e Keynes captou as dificuldades inerentes ao período da Grande Depressão. De maneira bastante diversa, foram todos igualmente brilhantes na interpretação do sistema capitalista e de mercado.

1.3. MICROECONOMIA VERSUS MACROECONOMIA

Os dois ramos principais da Economia são Microeconomia e Macroeconomia. Micro e macro são palavras de origem grega e significam pequeno e grande, respectivamente.

A *Microeconomia* se preocupa em analisar certos segmentos da economia, como os consumidores e produtores de bens específicos. Explica o comportamento de unidades econômicas individuais, de forma desagregada.

A *Macroeconomia* é o estudo de atividade econômica agregada e trata do comportamento da economia como um todo. Ela analisa o sistema econômico de maneira global, não se preocupando com as unidades econômicas individuais. Por exemplo, o mercado de bens e serviços é tratado como um único mercado, não se distinguindo os produtos agrícolas

² Robert L. Heilbroner e Lester C. Thurow, "Economics Explained" (New York: Touchstone Book, 1987), capítulo 2.

dos produtos industriais e serviços diversos. O mesmo ocorre no mercado de trabalho, onde se abstrai das diferentes qualificações da mão-de-obra. De forma geral, a Macroeconomia se preocupa com:

- (i) o comportamento da economia em períodos de prosperidade e recessão;
- (ii) a produção total de bens e serviços e crescimento desse produto;
- (iii) os fatores que levam ao pleno-emprego e desemprego;
- (iv) as causas da inflação;
- (v) o papel das políticas fiscais, monetárias e cambiais na estabilização da economia;

Apesar do contraste existente entre a Micro e Macroeconomia, não existe qualquer conflito entre essas áreas. Na realidade, são ramos que se complementam. A análise global da floresta e o estudo individual de suas árvores, plantas e pássaros são igualmente relevantes para se ter um bom conhecimento da Floresta Amazônica. O mesmo ocorre na Economia, havendo necessidade de se conhecer bem o comportamento específico do mercado de determinados produtos, assim como a dinâmica de preços, produção e emprego da economia como um todo.

CONCEITOS CHAVES

Economia

Escassez de recursos e escolha

Custo de oportunidade

Capitalismo

Sistema de mercado

Fatores de produção

Tecnologia ou *Know-how*

Revolução Industrial

Mão invisível

Laissez faire

Escola Clássica ou Liberal

Divisão do trabalho

Comunismo

Mais valia

Grande Depressão

Pleno emprego

Equilíbrio de desemprego

Microeconomia

Macroeconomia

II.MICROECONOMIA

2.1. PRINCIPAIS REGIMES DE MERCADO

Existem basicamente 4 estruturas de mercado, quais sejam : Concorrência Perfeita , Monopólio , Oligopólio e Concorrência Monopolística.

2.1.1. Concorrência Perfeita

Um mercado de concorrência perfeita possui as seguintes características :

- . Número grande de empresas produtoras e de compradores , agindo de forma independente , de tal maneira que nenhum deles tenha condições ou poder suficiente para influir na oferta, na demanda e nos preços de equilíbrio;
- . Semelhança nos produtos vendidos pelas empresas produtoras , de tal modo que o consumidor seja indiferente entre adquirir o produto da firma X , Y ou Z ;
- . As empresas entram e saem do mercado livremente , ou seja, não existem impecilhos ou barreiras para a entrada de novas firmas no mercado ou saída de firmas existentes do mercado;
- . Dada a padronização dos produtos e dado o número elevado de vendedores e compradores, o preço é o elemento essencial na competição pelos clientes. As empresas são *tomadoras de preços*, ou seja , elas não tem condições de impor preços no mercado.

Os produtos agrícolas e as feiras de produtos hortigrangeiros são exemplos típicos da concorrência perfeita.

2.1.2. Monopólio

O monopólio é um regime de mercado oposto à concorrência perfeita. Suas principais características são as seguintes :

- . Existe apenas uma empresa no mercado, dominando completamente a oferta do setor;
- . Não existem produtos substitutos para o produto vendido pelo monopolista , de tal forma que os compradores não possuem outras opções de compra;
- . Existem barreiras à entrada ou dificuldades de ingresso de outras empresas no mercado , o que faz com que não haja concorrentes e o monopolista domine completamente o mercado;

- . O monopolista tem *poder de mercado* , ou seja, ele tem capacidade de influir nos preços e no abastecimento do mercado, pois controla a produção ;
- . Por dominarem os mercados, os monopólios raramente se utilizam do *marketing* e a propaganda tem outras finalidades;
- . Os monopólios surgem porque certos recursos são propriedade de uma única empresa ou porque o governo concede à determinada empresa a exclusividade na produção de certo bem ou serviço .

A produção de diamantes De Beers na África do Sul , que detém 80% da produção mundial de diamantes, é um exemplo de monopólio de uma empresa privada que tem a maior parcela da propriedade de um recurso . Por outro lado, atividades ligadas à prospecção de petróleo são exemplos de monopólios criados pelo governo, visando o interesse nacional.

Muitas vezes, existe também o *monopólio natural* , ou seja, uma única empresa pode oferecer um produto ou serviço para o mercado inteiro por um custo menor do que duas ou mais empresas . É o caso de empresas de distribuição de água, onde não compensa duas empresas investirem em rede de encanamento na cidade inteira.

2.1.3. Oligopólio

O oligopólio é um caso intermediário de regime de mercado. Suas características mais marcantes são:

- . Há apenas poucos vendedores, que suprem 80 a 90% do produto;
- . A empresa oligopolista pode produzir tanto produtos padronizados, como é o caso das atividades de mineração, como produtos diferenciados, como é o caso dos automóveis;
- . Como são poucas empresas produtoras, o controle sobre o preço do produto é grande , havendo possibilidades de acordos, conluios e formação de cartéis, agindo, assim , de forma combinada. Ressalta-se que quando um cartel é formado, é como se ele passasse a agir com todos os poderes de um monopólio.

Os mercados de bolas de tênis e de automóveis são exemplos de oligopólios. O setor de petróleo cru também é tido como oligopolista, pois poucos países produtores de petróleo controlam a oferta mundial do produto.

2.1.4. Concorrência Monopolística

É um regime de mercado também intermediário , com algumas características de concorrência e outras de monopólio, como se vê a seguir :

- . Existem muitas empresas concorrendo pelos mesmos consumidores;

- . Há diferenciação de produtos, com cada empresa oferecendo um produto ligeiramente diferente dos demais;
- . Existe livre entrada e saída no mercado , sem qualquer restrição para as empresas;
- . Há certo controle de preço, dependendo da diferenciação do produto.

O mercado de livros, de discos, de restaurantes e barzinhos são exemplos de concorrência monopolística. Um livro é um livro, mas um livro de Jorge Amado não substitui um outro de Paul Krugman. O mesmo acontece com os discos; se o consumidor aprecia música clássica, ele não substitui facilmente um disco de Mozart por um disco de Djavan. Pode-se concluir , assim , que não existe um tipo único de mercado, existem vários. Alguns deles tem características mais próximas da concorrência perfeita, outros de monopólio, oligopólio ou concorrência monopolística.

2.2. TEORIA DA DEMANDA E DA OFERTA

A demanda e a oferta são as principais forças do sistema de mercado . A demanda está intimamente ligada aos compradores do mercado e a oferta está fortemente associada aos vendedores.

2.2.1. Lei da Demanda

Tudo o mais permanecendo constante, quando o preço de um bem aumenta, a quantidade demandada aumenta. Em outras palavras, preço e quantidade demandada são inversamente relacionados.

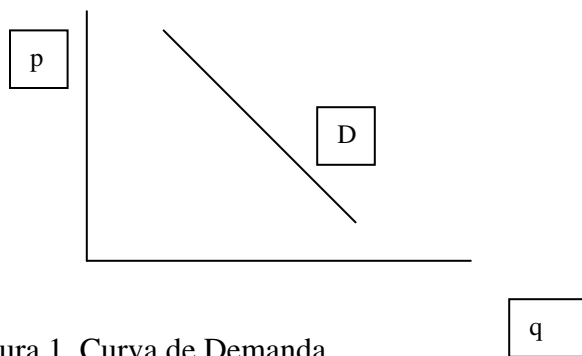


Figura 1. Curva de Demanda

2.2.2. Bens Normais e Inferiores

Tudo o mais permanecendo constante, quando a renda aumenta, a quantidade demandada do bem normal aumenta. Quando a renda cai, por outro lado, a quantidade demandada do bem normal cai. As roupas e sapatos podem ser exemplos de bens normais.

Tudo o mais permanecendo constante, quando a renda aumenta, a quantidade demandada cai. Ou, por outro lado, se a renda cai, a quantidade demandada aumenta. As passagens de ônibus são exemplos de bens inferiores.

2.2.3. *Bens Substitutos e Complementares*

Bens substitutos são aqueles em que a elevação no preço de um bem acarreta uma maior demanda pelo outro. Um exemplo é a manteiga e a margarina. Se o preço da manteiga aumenta, a quantidade demandada de manteiga cai e a demanda da margarina aumenta.

Os bens complementares referem-se a dois bens em que a elevação no preço de um deles acarreta uma redução na demanda do outro. Um possível exemplo seria o computador e os *softwares*; se o preço do computador aumentar, a quantidade demandada de computadores cai e a demanda por *softwares* diminui.

2.2.4. *Fatores que Afetam a Demanda*

Existem vários fatores que afetam a demanda, os principais são:

- a) Preço do bem: se o preço de um bem aumenta, a quantidade demandada desse bem cai. Ressalta-se que variações no preço geram mudanças ao longo da curva de demanda;
- b) Renda: quanto maior a renda, maior a demanda pelo bem X, pressupondo que esse bem é normal;
- c) Preço do bem substituto: quanto maior o preço de um bem substituto a X, maior a demanda pelo bem X;
- d) Preço dos bens complementares: quanto maior o preço do bem complementar a X, menor a demanda pelo bem X;
- e) Gostos e preferências: quanto maior a preferência do consumidor pelo bem X, maior a demanda por X;
- f) Expectativas de variáveis econômicas: se há expectativa de que a inflação vai aumentar, por exemplo, a demanda pelo bem X aumenta. Se, por exemplo, espera-se um aumento de renda para o mês que vem, o consumidor pode aumentar sua demanda agora.

2.2.5. *Demandas Individuais e Demanda de Mercado*

A demanda de mercado corresponde ao somatório das demandas individuais. Por exemplo, a demanda de mercado por chocolate é igual à soma de todas as demandas individuais por chocolate.

Suponha, por exemplo, que o mercado de chocolate seja composto pela demanda de João e Maria e que, à diferentes preços da barra de chocolate (P_c), as quantidades demandadas deles (Q_j e Q_m) variem, como a seguir:

Pc	Qj	Qm	Dmercado
0	10	5	15
2	5	3	8
4	2,5	2	4,5

Nesse exemplo simples, vê-se que a demanda de mercado corresponde à demanda de Maria mais a demanda de João.

2.2.6. Lei da Oferta

A lei da oferta diz que quanto maior o preço de um bem, *ceteris paribus*, maior a quantidade ofertada desse bem.

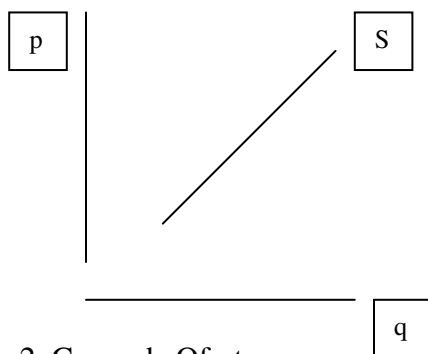


Figura 2. Curva de Oferta

2.2.7. Fatores que Afetam a Oferta

Vários são os fatores que afetam a oferta de um bem:

- Preço do produto: se o preço do produto aumenta, a quantidade ofertada dele aumenta. Ressalta-se que variações no preço geram mudanças ao longo da curva de oferta.
- Preço dos insumos usados na produção do bem: se o preço de um insumo aumenta, o custo de produção do produto aumenta e a oferta cai. Se, por exemplo, o preço das sementes de milho aumentam, o agricultor diminui a sua plantação de milho e a oferta de milho cai.
- Tecnologia: os desenvolvimentos tecnológicos atuam positivamente na oferta do produto. Uma empresa copiadora, por exemplo, aumenta substancialmente sua oferta de xerox quando novas máquinas de xerox, tecnologicamente mais sofisticadas, são utilizadas.

- d) Expectativas: as expectativas acerca das variáveis econômicas também influem no lado da oferta. Se, por exemplo, o produtor de milho tem expectativas de que o preço de seu produto vai aumentar no futuro, ele estoca sua produção ,com o objetivo de vende-la posteriormente, e a oferta de milho atual cai.

2.2.8. Ofertas Individuais e de Mercado

A oferta de mercado corresponde ao somatório de todas as ofertas individuais. Suponha, por exemplo, que somente duas lojas de livros , lojas A e B, sejam responsáveis pelo abastecimento de livros no mercado como um todo. A oferta de mercado é, então, a soma das ofertas individuais das lojas A e B , como pode ser visto abaixo:

P livro	Q loja A	Q loja B	S mercado
0	0	0	0
2	1	0	1
3	2	1	3

2.2.9. Equilíbrio e Desequilíbrio

Existe equilíbrio de mercado sempre que a oferta e a demanda se cruzam. As quantidades que os compradores querem adquirir no mercado correspondem exatamente às quantidades que os vendedores querem ofertar. Por outro lado, há desequilíbrio quando existe excesso de demanda ou excesso de oferta.

O gráfico abaixo mostra situações de equilíbrio e desequilíbrio:

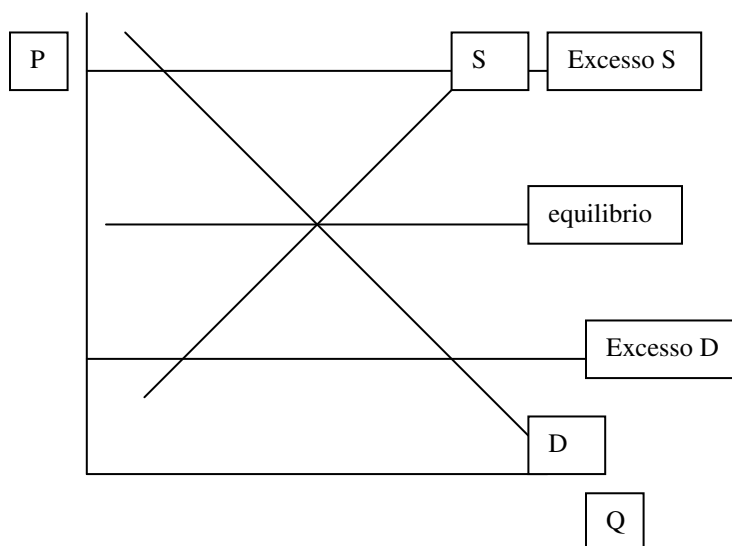


Figura 3. Situações de Equilíbrio e Desequilíbrio no Mercado

A situação de equilíbrio é única, ou seja, ela acontece quando a oferta e a demanda se interceptam. Uma possível situação de desequilíbrio refere-se ao excesso de demanda, quando a demanda por um bem é superior à capacidade de oferta daquele bem; nessas circunstâncias, a quantidade demandada é maior que a quantidade ofertada do bem. Outra situação de desequilíbrio ocorre quando a capacidade de oferta de um bem é superior aos anseios de demanda por esse bem; nesse caso, a quantidade ofertada do bem é maior que a quantidade demandada do mesmo.

2.2.10. Elasticidade Preço da Demanda

O preço de um bem é o principal fator que afeta a quantidade demandada desse bem. No entanto, o impacto do preço na demanda do bem pode ser diferente, dependendo do bem em questão. A elasticidade preço da demanda é o conceito econômico que capta o impacto do preço na quantidade demandada.

Diz-se que um bem é *elástico* se a quantidade demandada do mesmo responde muito a qualquer variação no preço. Se, por outro lado, a quantidade demandada é pouco sensível a uma variação de preço, diz-se que o bem é *inelástico*.

Matematicamente, a elasticidade preço da demanda é definida como:

$$E_p = \frac{\Delta \% Q_d}{\Delta \% P} \quad (1)$$

Vários fatores podem fazer com que um bem seja mais elástico que outro, como por exemplo:

Um produto mais básico tem demanda relativamente inelástica, enquanto produtos supérfluos tem demanda mais elástica. Ou seja, um aumento no preço do feijão gera menos impacto na quantidade demandada de feijão, enquanto um aumento no preço de uma jóia acarreta mais facilmente uma diminuição na demanda por jóias.

Produtos com mais substitutos também possuem a tendência de serem mais elásticos, por serem mais fáceis de serem trocados por outros. O requeijão é, provavelmente, menos elástico que a manteiga, que pode ser substituída pela margarina.

O horizonte de tempo também influencia na elasticidade dos bens. Um produto como a gasolina, por exemplo, quando tem seu preço aumentado, não gera respostas imediatas. É até provável que a demanda não caia muito nos meses iniciais. Com o tempo, no entanto, os consumidores procurarão alternativas, como carro a álcool ou utilização de transporte coletivo. No curto prazo, a gasolina é um produto relativamente inelástico, enquanto no longo prazo ela é mais elástica.

Uma curva de demanda mais elástica tem menor inclinação, de tal forma que uma queda no preço do bem acarreta um grande aumento na quantidade demandada. Por outro lado, uma curva de demanda inelástica tem maior inclinação, pois uma diminuição no preço gera um pequeno impacto na quantidade demandada.

2.2.11. Elasticidade Preço da Oferta

A elasticidade preço da oferta mensura o quanto a quantidade ofertada varia quando há uma variação no preço do produto. Ela é elástica se a quantidade ofertada modifica muito em função de uma variação no preço. Ela é inelástica caso a quantidade ofertada responda pouco a uma variação no preço.

O horizonte de tempo também influencia a elasticidade preço da oferta. A oferta tende a ser mais elástica no longo prazo que no curto prazo, dado que, com pouco tempo, é mais difícil alterar a quantidade ofertada de um bem. Mas, com mais tempo, pode-se expandir a fábrica ou construir novas instalações.

Finalizando, vê-se que os conceitos básicos da Microeconomia são demanda, oferta e elasticidade. O sistema de mercado, vigente nos países com regime capitalista, respalda-se fortemente na busca contínua do equilíbrio entre oferta e demanda, nem sempre alcançado.

CONCEITOS CHAVES

Concorrência Perfeita

Monopólio

Oligopólio

Concorrência Monopolística

Tomador de Preço

Poder de Mercado

Monopólio Natural

Cartel

Demanda

Bens Normais

Bens Inferiores

Bens Substitutos

Bens Complementares

Demanda Individual

Demanda de Mercado

Oferta

Ceteris Paribus

Oferta Individual

Oferta de Mercado

Equilíbrio

Desequilíbrio

Excesso de Demanda

Excesso de Oferta

Elasticidade

Elasticidade Preço da Demanda

Elasticidade Preço da Oferta

Bem Elástico
Bem Inelástico

III. MACROECONOMIA

A Macroeconomia faz parte de nosso cotidiano. Isso pode ser comprovado diariamente pelas notícias de jornais, rádio e televisão sobre inflação, desemprego, crescimento econômico, taxa de juros, déficit público, etc. Os consumidores e as empresas, ao tomarem suas decisões, são muito influenciados pelo comportamento das variáveis macroeconômicas.

Seu objeto de análise tem, muitas vezes, importantes repercussões políticas. A reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, foi muito influenciada pela estabilidade econômica oriunda do Plano Real. Assim, pode-se depreender que a Macroeconomia é um ramo de suma importância no estudo da economia de um país.

3.1. PRODUÇÃO OU PIB

Um dos objetivos fundamentais da macroeconomia é o *crescimento econômico*, que refere-se ao aumento da produção de bens e serviços de um país. *Produção* é a variável macroeconômica que capta todo o processo de fabricação de produtos e prestação de serviços.

3.1.1. Variáveis que Afetam a Produção

A produção ocorre quando os fatores de produção terra, trabalho e capital são combinados, sendo particularmente dinamizada pelo intenso desenvolvimento tecnológico.

Existem vários conceitos econômicos, como PNB e PIB, que basicamente procuram medir a produção global de um país.

3.1.2. Definição de PIB

PIB é o total do valor monetário de todos os bens e serviços finais produzidos na economia durante um ano. É uma variável fluxo e é expressa em unidades como dólar, real, libras, etc. Variável fluxo é uma variável expressa em termos de alguma quantidade por unidade de tempo e variável estoque, por outro lado, é uma variável medida em termos de alguma quantidade acumulada num ponto de tempo. Por exemplo, o déficit público que ocorre a cada ano em certo país é uma variável fluxo, mas a dívida externa total é uma variável estoque.

Pode ser representado por:

$$Y = \sum_{i=1}^n q_i p_i \quad (2).$$

onde:

Y = produção total da economia;

q = quantidades totais de bens e serviços finais produzidos;

p = preços dos bens e serviços finais produzidos.

São milhares os produtos produzidos nos setores agrícola, industrial e de serviços de um país. Como esses bens e serviços são extremamente diversos, a produção global da economia não pode ser expressa em termos físicos. Seria impossível somar a produção de soja e milho com laminados, mochilas, relógios e cortes de cabelo em termos físicos. Assim, a soma de toda a produção de um país é expressa em termos de *valor monetário*, ou seja, com base nos preços de mercado dos diversos bens e serviços. É por isso que o PIB é obtido através da multiplicação das produções individuais dos diversos bens e serviços q_i pelos seus respectivos preços p_i .

O conceito de PIB enfatiza os *bens e serviços finais*, para evitar o problema da *dupla contagem* de produtos intermediários usados como insumos na produção de outros bens. Ou seja, há que se considerar somente os produtos finais, para que as matérias-primas utilizadas na produção de bens industriais e agrícolas não sejam duplamente computadas, gerando consequentemente uma superestimação da produção total. O exemplo clássico refere-se à farinha de trigo, que é um produto final para a dona de casa, mas um produto intermediário ou insumo para o dono da padaria. O conceito de PIB exclui a farinha de trigo usada no pão da padaria, porque o valor desse insumo já está embutido no preço final do pão.

3.1.3. O Fluxo Circular da Renda e da Despesa

Uma economia simplificada contém dois setores: o setor dos consumidores ou famílias e o setor empresarial ou firmas. Basicamente são produzidos nessa economia os bens de consumo e os bens de capital. Os *bens de consumo* são aqueles adquiridos pelas famílias ou consumidores para seu uso pessoal, tais como automóveis, roupas, eletrodomésticos e alimentos. Os *bens de capital* ou *bens de investimento* são aqueles usados na produção de outros bens, tais como máquinas e equipamentos, estradas e móveis de escritórios.

A figura a seguir mostra os fluxos de renda e produção entre consumidores e setor empresarial.

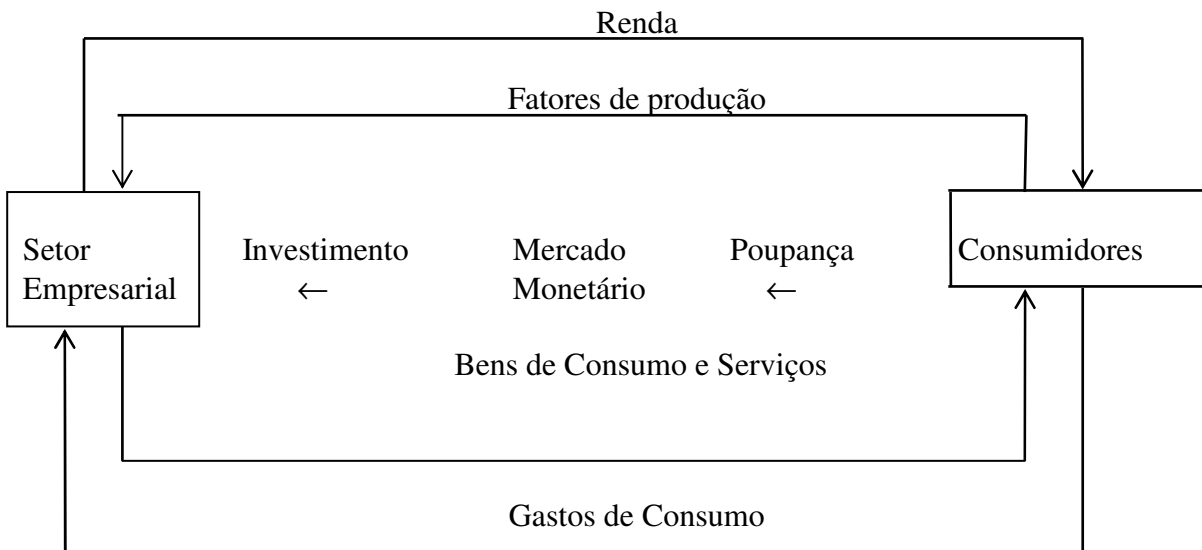


Figura 4. Fluxo da Renda e Produção numa Economia Simplificada

A parte superior da figura mostra que os consumidores fornecem recursos de terra, trabalho, capital e capacidade empresarial às empresas, recebendo em troca salários, juros, aluguéis e lucros. A parte inferior mostra que os consumidores gastam parte de sua renda adquirindo bens de consumo e serviços das empresas. Já o meio da figura ilustra o fato de que os consumidores não gastam toda sua renda na aquisição de bens e serviços. Parte da renda é poupada, de forma que esses recursos se direcionam ao mercado monetário, que por sua vez os canalizam para a produção de bens de capital, tais como fábricas e maquinários. Esse direcionamento da renda das famílias para o investimento, viabilizado através das poupanças, é de fundamental importância para a economia, pois aumenta o estoque de capital e gera crescimento econômico para o país.

3.1.4. Como Mensurar o PIB

O PIB pode ser medido de diferentes maneiras. Pode-se computar o fluxo total de gastos com produtos finais da economia, ou seja, bens de consumo e bens de capital, pelo método da despesa. Mas como para cada real gasto em bens de consumo e serviços existe uma contrapartida de um real recebido, pode-se também obter o PIB pelo método da renda, que soma todas as receitas geradas naquele ano. Essas duas técnicas de mensuração do PIB - pela ótica da despesa e pela ótica da renda - geram idênticas medidas da atividade econômica agregada.

Uma outra maneira de se medir o PIB é através da soma dos valores adicionados aos bens e serviços produzidos nas diferentes etapas de sua produção. O *valor adicionado* por uma firma corresponde ao valor da produção dessa firma menos o valor dos bens intermediários utilizados por ela. Para a economia como um todo, a soma global dos valores adicionados é igual ao valor global dos bens e serviços finais.

Quando as firmas criam produto, elas adicionam valor aos insumos ou bens intermediários que elas utilizam. Para se medir a contribuição da firma na produção, subtrai-se o valor dos bens intermediários que ela compra do valor total de seu produto, sendo essa diferença chamada de valor adicionado. Por exemplo, uma livraria que compra um livro de Jorge Amado por 5 reais e o revende por 8 reais contribui com 3 reais para o valor adicionado do livro.

3.1.5. Decomposição do PIB

O fluxo de produção anual de um país é composto de milhares de bens e serviços, dos mais variados tipos. Há os *bens de consumo*, como óculos, verduras e canetas, comprados pelas famílias para seu uso pessoal. Há também os *bens de capital* ou *bens de investimento*, como equipamentos e prédios de escritórios, utilizados no processo de produção de outros bens e de crucial importância para o crescimento econômico de um país.

Esses bens de consumo e de investimento que compoem o PIB podem ser tanto públicos quanto privados. Ou seja, os governos locais, estaduais e federais também consomem bens e serviços, como móveis de escritório, carros e telefones e investem em estradas, escolas e

hospitais. Toda essa produção pública, quer para o consumo ou investimento, é usualmente chamada de *gastos do governo*.

Por último, há a produção do país vendida no exterior subtraída da produção estrangeira vendida no país. Em outras palavras, as exportações menos as importações, ou *exportações líquidas*, correspondem ao quarto elemento do PIB. Quando o país vende mais produtos para o exterior do que compra, o saldo das exportações líquidas é positivo. Há um saldo negativo das exportações líquidas quando o país compra mais do exterior do que vende.

Em síntese, o PIB pode ser decomposto em:

Gastos pessoais de consumo
Investimentos doméstico privado
Gastos do governo
Exportações líquidas

Total do PIB

Essa identidade é usualmente representada por:

$$Y = C + I + G + (X - M) \quad (3)$$

onde:

Y = produção ou PIB;

C = consumo;

I = investimento;

G = Gastos do governo;

(X - M) = exportações líquidas.

e também referida como *identidade da renda nacional*.

3.1.6. Deficiência do PIB como Medidor da Produção Global

Apesar da maioria dos bens e serviços serem facilmente avaliados a preços de mercado, existem alguns que não são vendidos e que, conseqüentemente, não possuem preços de mercado. Nesse caso, há necessidade, de se imputar ou estimar um valor para esses bens. Um exemplo são os proprietários de imóveis, que não pagam aluguéis. Uma pessoa que aluga uma casa ou apartamento paga um aluguel em contrapartida, sendo esse aluguel computado no PIB. Para o dono de uma casa ou apartamento, é necessário estimar o que seria o preço de mercado desse imóvel e acrescenta-lo no cômputo do PIB, como se o proprietário estivesse pagando um aluguel para ele mesmo.

O valor dos serviços oferecidos pelo governo (como corpo de bombeiro e polícia) ou pelo congresso (deputados e senadores) também é difícil de ser mensurado, por não existir um preço de mercado para eles. Assim, eles são incluídos no PIB com base em seus salários, com a

pressuposição implícita de que esses salários captam adequadamente o valor da produção que eles geram.

O PIB é particularmente deficiente como medidor da produção em países que possuem uma *economia informal* grande. Economia informal ou subterrânea é a parte da economia que produz ou vende mercadorias ou serviços sem obedecer às leis vigentes, ou seja, sem pagar impostos e sem registrar adequadamente seus assalariados e suas vendas. Camelôs, sacoleiras e produções caseiras de mel, geléia e biscoitos são alguns exemplos de economia informal. Atividades ilegais, como venda de drogas, são também pertencentes à economia informal.

Como variável que se propõe a captar o total da produção de um país, o PIB tem também a desvantagem de ter a inflação embutida nele. Ou seja, quando o PIB aumenta, pode ser porque a quantidade de bens e serviços realmente aumentou. Mas pode também ocorrer da quantidade física de bens e serviços ter permanecido constante e somente ter havido um aumento generalizado nos preços. Esse problema, no entanto, é facilmente solucionável, bastando que se utilize o conceito de PIB real ao invés de PIB nominal, como se verá adiante.

Há naturalmente muitas atividades produtivas que, por razões de simplicidade e praticidade, acabam não sendo computadas no PIB. É o caso, por exemplo, das refeições caseiras, produzidas e consumidas nas residências pela dona de casa.

Em síntese, o PIB deve ser encarado como um medidor aproximado da atividade produtiva da economia.

3.1.7. PIB Nominal versus PIB Real

Uma das principais desvantagens do PIB nominal é que ele pode aumentar sem que tenha havido um efetivo aumento de produção, bastando que os preços da economia se elevem. Isso faz do PIB nominal um indicador de produção extremamente deficiente em países de alta inflação.

No entanto, o PIB nominal ou de preços correntes pode facilmente ser substituído pelo PIB real ou de preços constantes e, conseqüentemente, não ser influenciado pela inflação. Para se computar o PIB real, escolhe-se um ano-base, por exemplo 1990, e calcula-se o valor da produção de todos os bens e serviços finais durante 1999 usando-se esses preços constantes de 1990.

Supondo uma economia que produza somente pão, carne e laranja, o PIB nominal em 1999 seria:

$$\text{PIB nominal} = (\text{Quantidade de pão produzida em 1999} \times \text{Preço do pão em 1999}) + (\text{Quantidade de carne produzida em 1999} \times \text{Preço da carne em 1999}) + (\text{Quantidade de laranja produzida em 1999} \times \text{Preço da laranja em 1999})$$

Como se vê, o PIB nominal pode dobrar caso os preços dobrem em 1999.

O PIB real usando-se 1990 como ano base seria:

$$\text{PIB real} = (\text{Quantidade de pão produzida em 1999} \times \text{Preço do pão em 1990}) + (\text{Quantidade de carne produzida em 1999} \times \text{Preço da carne em 1990}) + (\text{Quantidade de laranja produzida em 1999} \times \text{Preço da laranja em 1990}).$$

Como os preços do PIB real são mantidos constantes, ou seja, aos valores de 1990, ele só varia de ano para ano se realmente houver aumento nas quantidades produzidas de bens finais.

Em suma, o PIB real ou constante calcula o valor dos bens produzidos aos preços dos bens produzidos no ano-base; o PIB nominal ou corrente calcula o valor dos bens produzidos aos preços vigentes na época da produção dos bens.

A diferença entre taxas de crescimento do PIB real e nominal existe por causa da inflação. Para se fazer comparações entre as estatísticas de PIB de vários anos, os economistas usam o PIB real, de tal maneira que ele reflita as modificações nas quantidades da produção e não modificações de preços. Quando o PIB real diminui, diz-se que a economia está num estado de *recessão*. Uma recessão severa é chamada de *depressão*.

O PIB real pode aumentar em consequência de:

(i) Aumentos na disponibilidade dos fatores de produção. Por exemplo, a força de trabalho ou o estoque de capital aumentam, aumentando consequentemente o produto;

(ii) Variação no emprego de recursos disponíveis à produção. Nem todo capital e trabalho disponíveis na economia são, na realidade, utilizados o tempo todo. Por exemplo, se a utilização da mão-de-obra aumenta, o PIB real pode aumentar;

(iii) Eficiência dos fatores de produção. Os mesmos fatores de produção podem produzir mais com o passar do tempo. Esses aumentos na eficiência da produção são consequência de mudanças do conhecimento e da tecnologia. O uso de sementes selecionadas pelos agricultores, que induz a uma maior produtividade da terra e a consequentes aumentos na produção, é um bom exemplo.

3.1.8. *Produto Potencial versus Produto Efetivo*

O *produto real potencial* consiste numa estimativa do nível que o PIB real atingiria se houvesse pleno emprego. O *produto real efetivo* é o PIB real propriamente dito, ou seja, o produto que é realmente produzido.

A diferença entre o PIB potencial e efetivo chama-se *hiato* e serve como medida da folga na atividade econômica ou do desperdício de recursos produtivos. Em períodos de recessão e de desemprego alto, os hiatos são grandes, ou seja, o produto potencial é significativamente maior que o produto efetivo.

3.1.9. *PIB versus PNB*

O PIB ou Produto Interno Bruto difere do PNB por incluir as parcelas de renda geradas internamente e transferidas para o exterior. Ele exprime o valor da produção a preços de mercado realizada dentro das fronteiras geográficas do país, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades de produção desses bens e serviços.

A diferença entre o PIB e o PNB decorre do fato de uma parte dos fatores de produção empregados internamente ser de propriedade de residentes no exterior. Assim:

$$\text{PNB} = \text{PIB} - \text{renda líquida enviada ao exterior} \quad (4)$$

$$\text{PIB} = \text{PNB} + \text{renda líquida enviada ao exterior} \quad (5)$$

Quando o PIB é maior que o PNB, o país está mandando mais renda para o exterior do que recebendo. Quando o PIB é menor que o PNB, o país está mandando menos renda para o exterior do que recebendo. No Brasil, o PIB tem sido tradicionalmente maior que o PNB, porque envia mais renda líquida ao exterior do que recebe.

O PIB real é o indicador de produção mais adequado, por ser usado pela maioria dos países e também pelo fato dos aumentos de produção brasileira no exterior praticamente não afetarem as condições de emprego no Brasil.

3.1.10. PIB Brasileiro nos Últimos Anos

A Figura 5 mostra o PIB, o Consumo e a Formação Bruta de Capital Fixo, parte substancial do Investimento no Brasil, de 1992 a 1997.

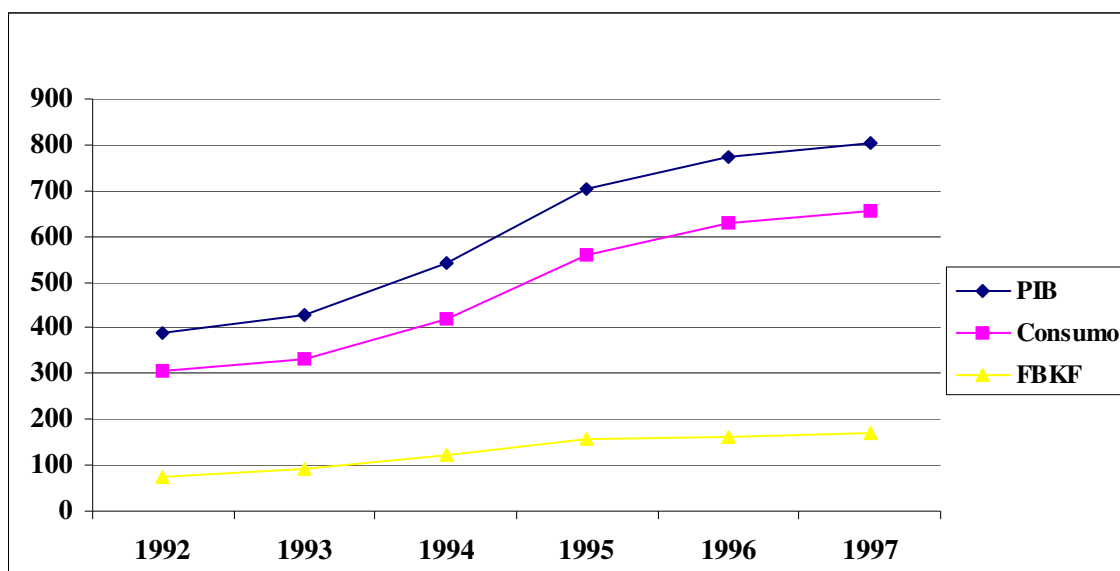


Figura 5. Produto Interno Bruto, Consumo e Formação Bruta de Capital Fixo, no Brasil, em Bilhões de US\$

Nota-se que o crescimento do PIB arrefeceu nos últimos anos. Pode-se observar também que o Consumo corresponde à maior parte do PIB e tem um comportamento, ao longo dos anos, muito semelhante a ele. O Investimento, crescente até 1995, se estabiliza no patamar de US\$150 bilhões de dólares, de 1995 a 1997.

CONCEITOS CHAVES

Crescimento econômico

Produção
PIB ou Produto Interno Bruto
PNB ou Produto Nacional Bruto
Variável fluxo
Variável estoque
Valor monetário
Dupla contagem
Bem final
Bem intermediário
Bens de consumo
Bens de capital ou de investimento
Valor adicionado
Gastos do governo
Exportações líquidas
Identidade da renda nacional
Economia informal ou subterrânea
PIB nominal
PIB real
Produto potencial
Produto efetivo
Hiato

3.2. CRESCIMENTO ECONÔMICO

O *crescimento econômico* é um tópico de grande interesse na Macroeconomia, pois afeta diretamente o padrão de vida da população. O crescimento econômico, que basicamente corresponde ao aumento da produção real ao longo do tempo, é geralmente medido por variações percentuais no PIB total ou no PIB per capita.

3.2.1. Variáveis que Afetam o Crescimento Econômico

Apesar de existir uma certa controvérsia sobre a importância relativa das diferentes variáveis no crescimento econômico, sabe-se que ele é, em maior ou menor grau, influenciado por:

(i) Acumulação de Capital Humano

É necessário haver uma mão de obra qualificada e instruída para que haja crescimento econômico.

(ii) Acumulação de Capital Físico e Investimento em Infra-Estrutura

Sem investimentos em fábricas, telecomunicações, ferrovias, portos, estradas e energia, não há aumento de produção e, conseqüentemente, o país não cresce.

(iii) Progresso Tecnológico

Esse fator está muito ligado ao capital humano, pois é uma mão de obra qualificada que gera desenvolvimentos tecnológicos.

(iv) Comércio Internacional

Países mais abertos tendem a crescer mais rapidamente que países fechados, pelas possibilidades de experimentarem novas tecnologias e pelo acesso maior a produtos de qualidade.

(v) Poupança Interna

Um país com maior poupança tem condições de investir mais e, conseqüentemente, ter mais crescimento.

(vi) Situação Política Estável

Se existe instabilidade política, os investidores sentem-se temerosos em investir, o que afeta negativamente o crescimento econômico do país.

(vii) Tamanho do Governo

Existe uma correlação negativa entre o tamanho do governo e a taxa de crescimento da produção, ou seja, os países que possuem um governo muito grande crescem mais devagar que os países que tem um governo mais enxuto.

(viii) Sistema Tributário Razoável

Um sistema de tributação razoável estimula a poupança e o investimento, fomentando assim o crescimento econômico.

(ix) Funcionamento do Sistema Jurídico

Um bom sistema jurídico protege a propriedade intelectual, as patentes e o desenvolvimento tecnológico, propiciando maior crescimento econômico.

(x) Estabilidade de Preços

A ausência de inflação é uma condição necessária, embora não suficiente, para o crescimento econômico.

3.2.2. *Importância do Capital Humano*

A importância da educação e do investimento em capital humano no crescimento econômico pode ser vista na tabela a seguir, que compara os dados de educação em 20 países de crescimento rápido com 20 países de crescimento lento.

A última coluna mostra os dados correspondentes para o Brasil. Como se vê, os países de crescimento rápido tem mais anos de escolaridade, gastam mais em educação e tem taxas de alfabetização e matrícula superiores aos países de crescimento lento. Os dados de educação do Brasil, em sua maioria, estão bem abaixo dos dados referentes aos países de crescimento rápido, sugerindo um atraso do país na área educacional.

Tabela 1. Dados de Educação para Países de Crescimento Rápido, Lento e para o Brasil, 1950-1990.

<i>Dados de Educação</i>	<i>Países de Crescimento rápido</i>	<i>Países de Crescimento Lento</i>	<i>Brasil (1950-1990)</i>
Anos de escolaridade	6.60	2.49	3.9
Gastos em educação	4.18%	3.97%	3.2%
Taxa de alfabetização em 1960	64.98%	18.15%	61.0%
Taxa de matrícula em 1960	89.70%	38.10%	95.0%
Taxa de matrícula no secundário em 1960	30.70%	5.41%	11.0%
Taxa de matrícula no primário em 1985	100.05%	67.45%	105.0%
Taxa de matrícula no secundário em 1985	65.20%	21.25%	35.0%

Fonte: World Bank(1994 e 1995) e Barro(1991), citados por Ferreira(1997).

3.2.3. Crescimento Econômico no Brasil

A Figura 6 mostra as taxas reais de variação do PIB agropecuário, industrial, serviços e total no Brasil, de 1986 a 1997.

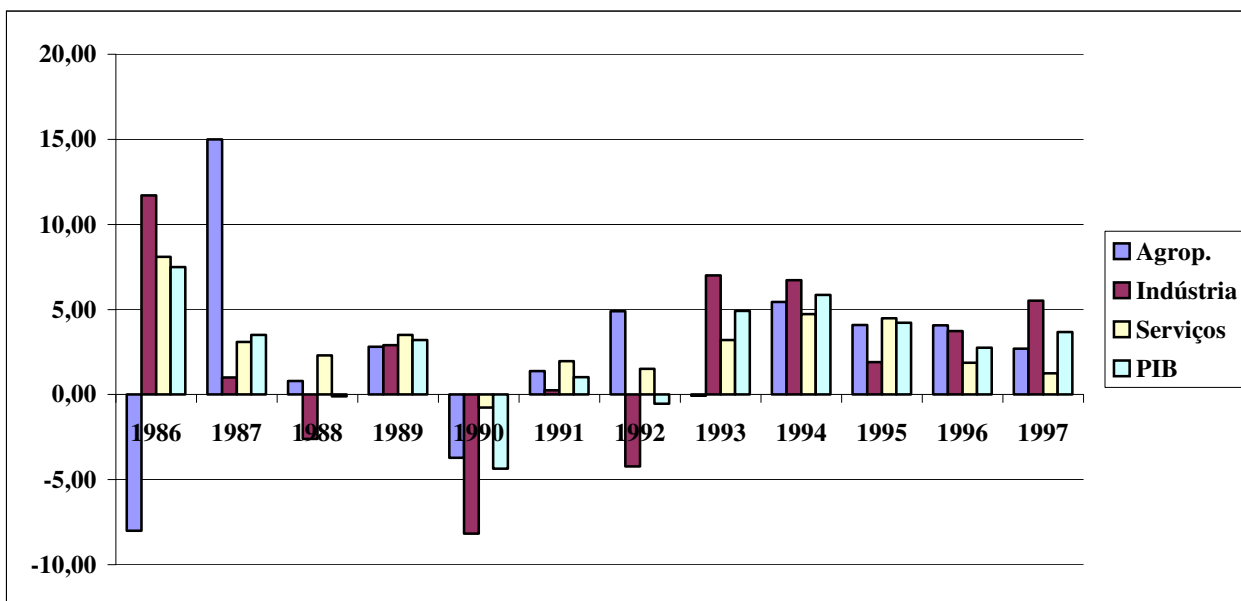


Figura 6. Taxas Reais de Variação do PIB Agropecuário, Industrial, Serviços e Total no Brasil, 1986-1997.

Observa-se que, de 1993 em diante, as taxas reais de variação foram sempre positivas, embora com certa tendência decrescente. O crescimento do PIB industrial, acima de 5% em 1994, caiu para a metade em 1995, recuperando-se gradativamente nos anos seguintes. O PIB agrícola, com uma taxa real de variação por volta de 5% em 1994, foi caindo gradativamente até a metade em 1997. A taxa real de variação do PIB do setor serviços também caiu vertiginosamente, de 1995 a 1997.

CONCEITOS CHAVES

Crescimento econômico

Capital humano

Capital físico

Progresso tecnológico

Poupança interna

3.3. DESEMPREGO

Desemprego refere-se a uma situação de ociosidade não desejada de uma parcela da mão de obra de um país. É o problema macroeconômico que afeta mais diretamente a vida das pessoas.

De forma genérica e simplificada, o problema do desemprego pode ser ilustrado na

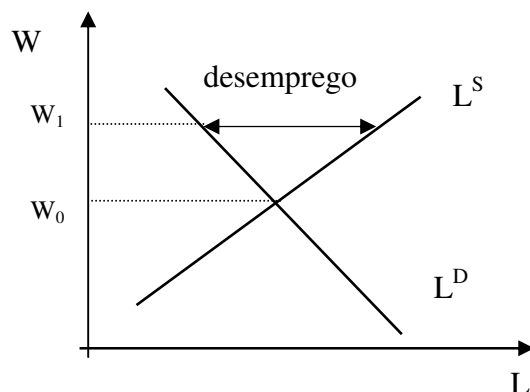


Figura 7. Mercado de Trabalho e Desemprego.

Há desemprego quando a oferta de mão de obra L^S é superior à demanda por mão de obra L^D , para um nível de salário W_1 . O problema só desaparecerá se o salário cair para W_0 ou se a demanda por mão de obra crescer, deslocando L^D para a direita.

3.3.1. Tipos de Desemprego

Há diferentes classificações de desemprego, dependendo de suas causas e motivos:

Desemprego Voluntário versus Involuntário

Desemprego voluntário ocorre quando o trabalhador decide, voluntariamente, não procurar um emprego. O desemprego é voluntário se a pessoa não está disposta a trabalhar. O *desemprego involuntário*, por outro lado, existe quando o indivíduo quer um trabalho mas não o encontra. O trabalhador está disposto a trabalhar pelo salário existente ou até por menos, mas simplesmente não encontra trabalho.

Desemprego Natural ou Friccional

O *desemprego natural ou friccional* ocorre quando os trabalhadores mudam de emprego ou quando acabam de entrar no mercado de trabalho e levam algum tempo para encontrar o primeiro emprego. O desemprego natural comporta também a parcela da força de trabalho que está se deslocando de uma certa ocupação para outra. Refere-se a uma situação totalmente temporária, que existe em todas as economias onde prevalece o sistema de mercado. Uma taxa natural de desemprego entre 4 e 6% é perfeitamente razoável.

Desemprego Disfarçado

As estatísticas de desemprego muitas vezes não refletem uma parcela de *desemprego disfarçado* ou seja, trabalhadores que estão subempregados, não são registrados e tem remunerações muito abaixo dos níveis aceitáveis. As pessoas que recebem menos que um salário mínimo são um exemplo de desemprego disfarçado.

Desemprego Estrutural ou Tecnológico

Ocorre devido a mudanças nos padrões de demanda dos consumidores, tornando obsoletas certas indústrias e profissões ou devido a mudanças nas técnicas de produção, que aumentam a mecanização e a automação de certas indústrias. Nessa situação, o trabalhador não encontra emprego por falta de qualificação apropriada.

3.3.2. Soluções para o Desemprego

Há soluções paliativas para o desemprego, como é o caso do *seguro-desemprego*. Esses são instrumentos governamentais que tem o intuito de minimizar o problema do desemprego.

O seguro desemprego existe na Inglaterra desde 1911 e nos Estados Unidos desde 1935. Nos Estados Unidos, os trabalhadores podem receber de 100 a 200 dólares por semana por até 2 anos. O seguro desemprego foi estabelecido no Brasil em 1986, com a finalidade de dar uma assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, em decorrência de dispensa sem justa causa ou por paralisação das atividades do empregador. A constituição de 1988 garantiu o seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário.

O seguro desemprego é uma medida paliativa, mas não traz de forma alguma uma solução definitiva para o problema do desemprego. Dependendo das taxas de crescimento populacional do país, há que se ter uma política de controle demográfico, de forma a propiciar mais emprego e maior bem estar para a população como um todo. O governo pode também

estimular o investimento privado e público, gerando conseqüentemente maior demanda por mão de obra.

Acima de tudo, é muito importante que o país invista maciçamente na educação e em programas de treinamento, para que haja uma diminuição nas disparidades de qualificação da força de trabalho. Investimentos na educação geram uma evolução qualitativa da mão de obra, propiciando no longo prazo maior produção e crescimento econômico, menor disparidade de renda entre os indivíduos, sendo, pois, fundamental para o desenvolvimento econômico do país.

3.3.3. Desemprego no Brasil

A Figura 8 mostra o desemprego aberto no Brasil, em percentual da população economicamente ativa, de janeiro de 1990 a dezembro de 1997. Observa-se que a taxa de desemprego tem um comportamento sazonal, ou seja, ela sempre se eleva no primeiro semestre e sempre cai no segundo semestre.

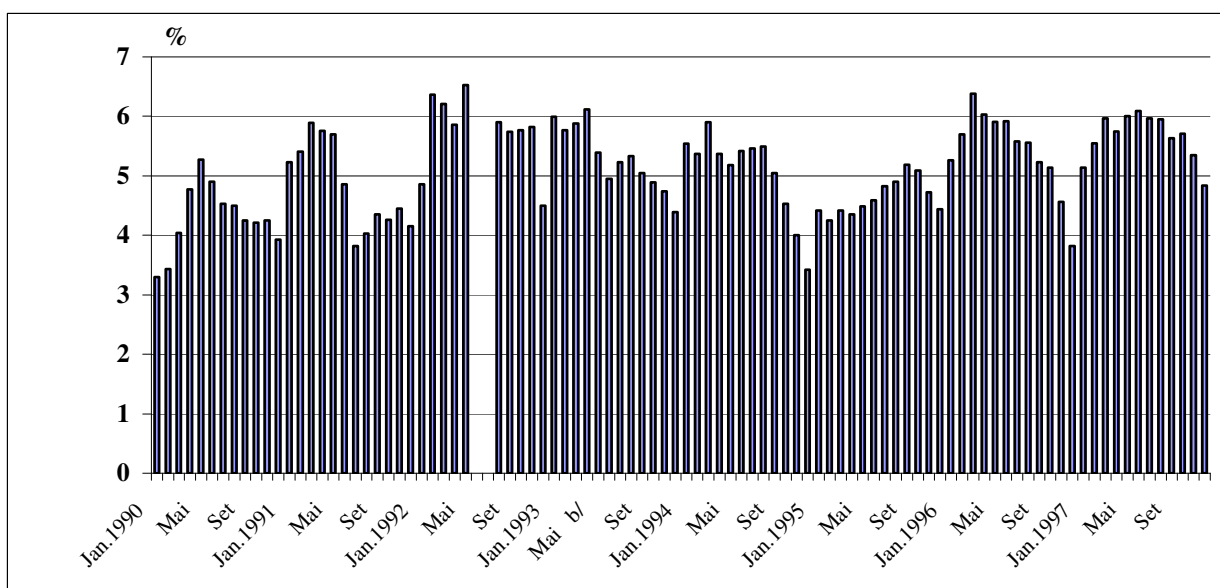


Figura 8. Desemprego Aberto no Brasil (em % da PEA), Jan1990-Dez1997.

Como se vê, na maioria dos meses de 1996 e 1997, a taxa de desemprego oscilou de 5 a 6%.

A Figura 9 mostra o índice médio anual e a variação percentual do pessoal ocupado na indústria paulista, de 1975 a 1997. Observa-se que o emprego caiu substancialmente de 1989 em diante.

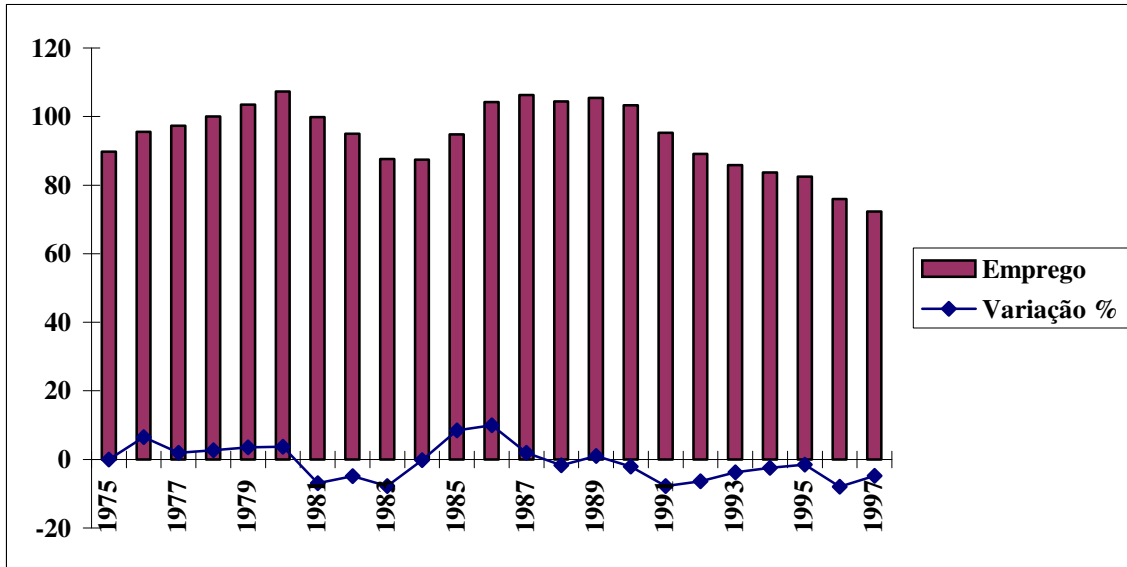


Figura 9. Pessoal Ocupado na Indústria Paulista: Índice Médio Anual e Variação Percentual, de 1975 a 1997.

CONCEITOS CHAVES

Desemprego

Desemprego voluntário

Desemprego involuntário

Desemprego natural ou friccional

Desemprego disfarçado

Desemprego estrutural ou tecnológico

Seguro-desemprego

3.4. INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA

3.4.1. O que é Inflação

Inflação é o aumento continuado no nível geral de preços, sendo geralmente medida pelas variações do Índice de Preço ao Consumidor. A inflação faz com que haja uma perda no poder aquisitivo da moeda, ou seja, a mesma quantidade de reais é capaz de comprar menos bens e serviços.

3.4.2. Diferentes Classificações de Inflação

Inflação Ex-Post e Ex-Ante

Inflação ex-post refere-se à inflação realmente ocorrida e a *inflação ex-ante* diz respeito à inflação esperada ou à expectativa de inflação:

$$\text{Inflação ex-post: } \pi_t = \frac{P_t - P_{t-1}}{P_{t-1}} \quad (4)$$

onde: π_t = inflação ex-post no período t;
 P_t = nível geral de preços no período t;
 P_{t-1} = nível geral de preços no período t-1.

$$\text{Inflação ex-ante: } \pi_t^e = \frac{P_t^e - P_{t-1}^e}{P_{t-1}^e} \quad (5)$$

onde: π_t^e = inflação ex-ante no período t;
 P_t^e = nível geral de preços esperado no período t;
 P_{t-1}^e = nível geral de preços esperado no período t-1.

Inflação Aberta e Reprimida

A inflação reflete um desequilíbrio entre a demanda e a oferta agregada da economia, que faz com que haja um aumento continuado nos preços. Uma *inflação aberta* caracteriza-se pelo livre aumento de preços dos produtos e dos insumos. Já numa *inflação reprimida* o excesso de demanda não se manifesta através da alta dos preços, pois há controle de preços e congelamento de salários e taxas de juros. No entanto, a inflação acaba se manifestando através da falta dos produtos, filas, racionamentos, mercados paralelos, etc.

A alta de preços é um *sintoma* e não a *causa* da inflação, assim como a febre é um sintoma e não a causa da doença. Nesse sentido, controle de preços e salários são tratamentos que atacam os sintomas somente e não as causas da “doença” inflação.

Inflação de Demanda e de Oferta

As causas que dão origem ao processo inflacionário são um excesso de demanda agregada em relação à oferta agregada no caso da *inflação de demanda* ou um deslocamento contínuo da oferta agregada para dentro e para esquerda, devido à choques, no caso da *inflação de oferta*.

Numa *inflação de demanda* as altas generalizadas dos preços resultam de um excesso de demanda agregada em relação à capacidade de oferta da economia, como visto na Figura 10 a seguir.

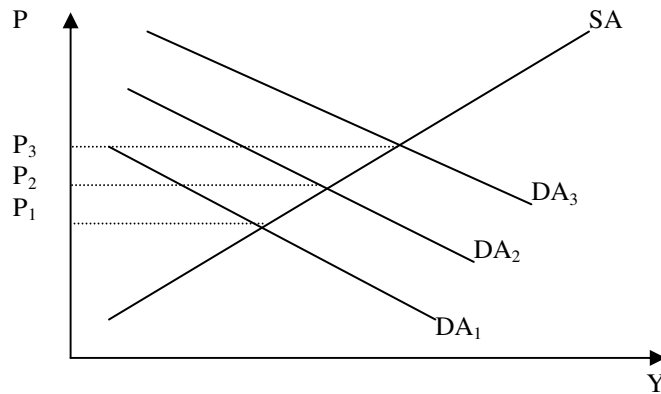


Figura 10. Deslocamentos na Demanda Agregada e Inflação.

onde: DA = demanda agregada;
 SA = oferta agregada;
 P = nível geral de preços;
 Y = produção total.

A expansão continuada da demanda agregada se dá através de políticas fiscais ou monetárias expansionistas.

Numa *inflação de oferta ou custo*, as causas iniciais do processo inflacionário se encontram no âmbito da oferta agregada., como se vê na Figura 11.

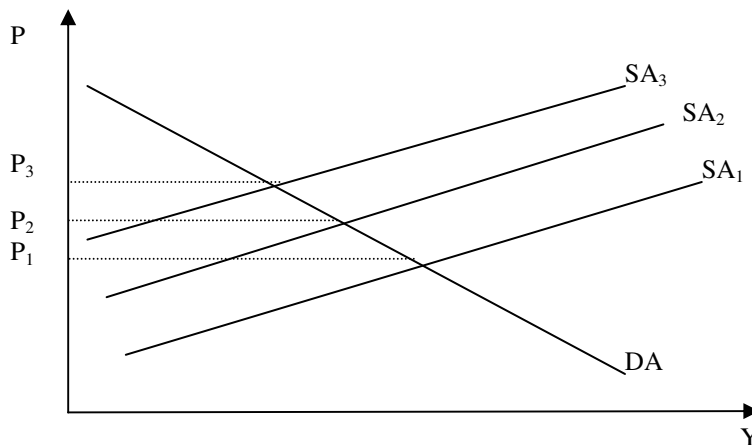


Figura 11. Deslocamentos na Oferta Agregada e Inflação.

O deslocamento da oferta agregada para dentro e para a esquerda pode estar associado à embargos ou secas e outros problemas climáticos que afetam a produção agrícola. Pode também ser consequência de pressões dos sindicatos visando aumentos salariais acima do índice de custo de vida e acima da produtividade da mão-de-obra. Outro fator capaz de deslocar a oferta agregada para dentro e para a esquerda é o aumento nos preços de matérias-primas de alta participação na estrutura de custos das indústrias do país, como petróleo, por exemplo.

3.4.3. Como se Mede a Inflação

Índice de Preços

Os *Índices de Preços* correspondem à valores médios de diferentes preços da economia e medem as mudanças no nível geral de preços entre dois períodos, sendo geralmente expressos em percentagem. São particularmente úteis quando se quer distinguir as modificações reais das modificações nominais de certas variáveis.

Os índices de preços são utilizados como indicadores de inflação e servem também para deflacionar variáveis nominais, eliminando assim os efeitos dos aumentos de preço nas variáveis econômicas. Por exemplo, o PNB nominal mede o valor da produção à preços de mercado a preços correntes, ou seja, no período em que o produto é produzido. Já o PNB real mede o produto de qualquer período a preços constantes, ou seja, utilizando-se os preços de algum ano-base. Como o ano de 1990 foi de inflação alta, o PNB nominal de 1990, que mostra o total do valor da produção desse ano, reflete não somente os aumentos na produção ocorridos nesse ano, mas também os aumentos de preço observados ao longo de 1990. Nesse caso, torna-se necessário deflacionar o PNB nominal, ou seja, eliminar o efeito dos aumentos de preço e obter o PNB real. Só assim se chega a conhecer o verdadeiro aumento de produção ocorrido em 1990.

Os índices de preços tem, portanto, duas funções fundamentais:

- (i) medir a inflação, indicando se o nível geral de preços cresceu 2% ou 30% naquele mês;
- (ii) deflacionar ou eliminar o efeito da inflação das variáveis nominais, transformando-as em variáveis reais.

A Construção dos Índices de Preços

Os índices de preços são construídos levando-se em conta duas variáveis:

- (i) os preços dos produtos, serviços e insumos transacionados na economia;
- (ii) as quantidades transacionadas desses produtos, serviços e insumos, de forma a se poder inferir a participação dos mesmos na produção nacional.

Vamos supor uma economia bem simples, que produz somente maçãs e automóveis. A maçã custava 50 unidades monetárias em 1980 e 100 unidades monetárias em 1990. O automóvel custava 500.000 unidades monetárias em 1980 e 750.000 unidades monetárias em 1990.

A maneira mais fácil de se medir o índice geral de preços em 1990 relativo aos preços de 1980 seria calcular uma média aritmética simples das duas razões de preços, ou seja:

$$\frac{\text{P maçã em 1990}}{\text{P maçã em 1980}} = \frac{100}{50} = 2$$

$$\frac{\text{P carro em 1990}}{\text{P carro em 1980}} = \frac{750.000}{500.000} = 1,5$$

Tendo-se esses dois produtos na economia, o índice de preços seria:

$$I = \frac{2 + 1,5}{2} = 1,75$$

indicando que o índice de preços cresceu 75% de 1980 para 1990.

O grande problema de se calcular o índice de preço dessa maneira é que cada produto teria o mesmo peso ou importância na determinação da mudança do nível geral de preços. Sabe-se que diferentes produtos tem diferentes participações nos orçamentos familiares, por exemplo. Há produtos que tem participações maiores nos gastos da família, como moradia e alimentação, enquanto outros produtos tem participação bem menor, como alfinetes e grampos. Ainda que o preço dos alfinetes e grampos triplique, o impacto desse aumento no nível geral de preços da economia não será substancial, por serem produtos de menor importância nos gastos familiares. Por outro lado, se os preços de alimentos e moradia duplicam, os impactos no índice geral de preços serão enormes, devido à maior participação desses itens no orçamento familiar. A solução, portanto, é ponderar as variações de preços, de tal maneira que se considere mais acuradamente a importância relativa de diferentes produtos para a sociedade. É exatamente isso que os índices de preços Laspeyres e Paasche fazem.

Índices de Laspeyres e Paasche

São índices ponderados, ou seja, utilizam pesos diferentes para os diferentes bens que compõem a cesta de consumo.

O *índice de Laspeyres* é um índice ponderado em relação às quantidades do ano-base.

$$I_L = \frac{\sum P_1 q_0}{\sum P_0 q_0} \quad (6)$$

onde: I_L = índice de Laspeyres;
P1 = preços no ano atual;
Po = preços do ano base;
q1 = quantidade no ano atual;
qo = quantidade no ano base.

O *índice de Paasche* é um índice ponderado em relação às quantidades do ano atual. Ou seja, usa quantidades do período recente como peso.

$$I_P = \frac{\sum P_1 q_1}{\sum P_0 q_1} \quad (7)$$

Devido à dificuldade inerente no índice de Paasche, que requer que as quantidades ponderadas sejam atualizadas à cada período, a maioria dos índices de preço que são calculados regularmente usam o índice de Laspeyres.

Exemplo: suponha que os gastos de um consumidor hipotético sejam os seguintes:

Produtos	1980		1990	
	P	q	P	q
Vinho	2,00	80	1,00	120
Pão	4,00	30	8,00	20
Bens de luxo	1,00	40	2,00	30

O índice de Laspeyres corresponde à:

$$I_L = \frac{\sum P_{1990} \cdot q_{1980}}{\sum P_{1980} \cdot q_{1980}}$$

ou seja, comparam-se os gastos necessários em 1990 para se comprar os bens de 1980 aos gastos feitos em 1980 na compra dos mesmos bens de 1980.

$$I_L = \frac{(1,00 \times 80) + (8,00 \times 30) + (2,00 \times 40)}{(2,00 \times 80) + (4,00 \times 30) + (1,00 \times 40)}$$

$$I_L = \frac{400}{320} = 1,25$$

ou seja, o nível de preços aumentou 25% entre 1980 e 1990.

O índice de Paasche corresponde a:

$$I_P = \frac{\sum P_{1980} \cdot q_{1990}}{\sum P_{1990} \cdot q_{1990}}$$

ou seja, comparam-se os gastos atuais de 1990 aos gastos necessários em 1980 para se comprar os bens de 1990.

$$I_P = \frac{(1,00 \times 120) + (8,00 \times 20) + (2,00 \times 30)}{(2,00 \times 120) + (4,00 \times 20) + (1,00 \times 30)}$$

$$I_P = \frac{340}{350} = 0,971$$

ou seja, o nível de preços caiu 3% entre 1980 e 1990.

3.4.4. Índice de Preços no Brasil

A Figura 12 a seguir ilustra o comportamento do índice de preços IGP(Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna), IPA(Índice de Preços do Atacado – Disponibilidade Interna) e IPC(Índice de Preços ao Consumidor), no período de 1970 a 1997.

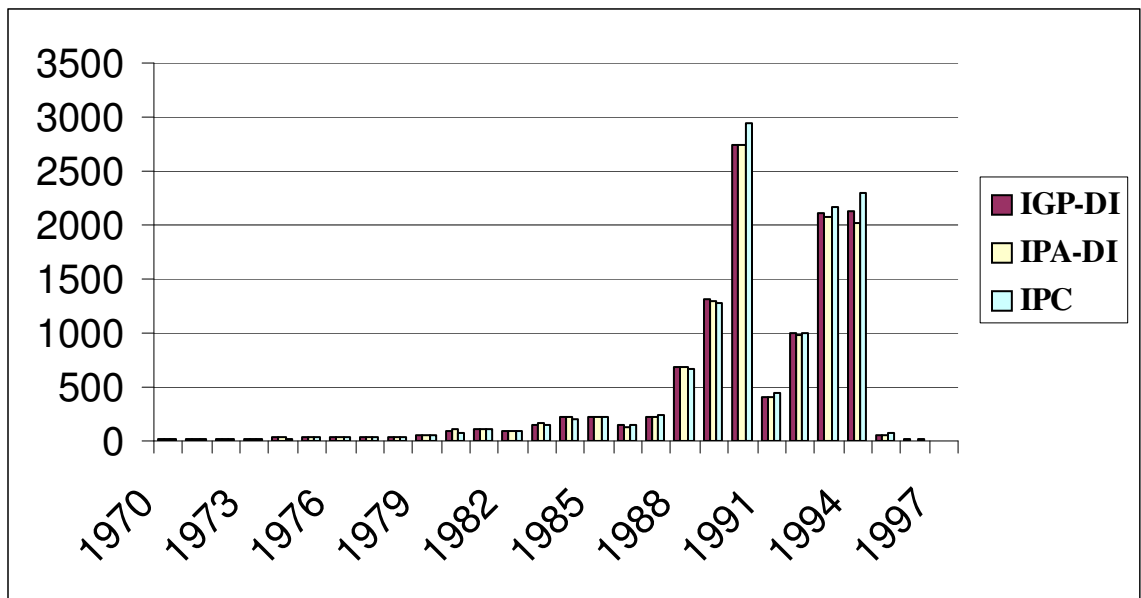


Figura 12. Variação Média Anual (em%) do Principais Índices de Preços no Brasil, 1970-1997.

Como se vê, os diferentes índices de preços são altamente correlacionados. Ressalta-se os níveis hiperinflacionários alcançados logo antes do Plano Collor, em fins de 1989. Observa-se também a enorme queda nos três índices após o Plano Real, em 1994.

3.4.5. Inflação e Taxa de Juros

Em períodos de inflação, tanto as pessoas que emprestam dinheiro quanto as que tomam emprestado devem prestar atenção na taxa de juro real, ignorando a taxa de juros nominal.

A taxa de juros nominal é igual à taxa de juros real mais a inflação, ou seja:

$$r = i + \pi \tag{8}$$

onde: r = taxa de juros nominal;

i = taxa de juros real;

π = inflação

Já a *taxa de juros real* reflete o verdadeiro retorno de um empréstimo ou de uma caderneta de poupança, após a inflação ter sido deduzida:

$$r = i - \pi \quad (9)$$

Quando a inflação é zero, a taxa de juros nominal é igual à taxa de juros real.

3.4.6. *O Que Causa a Inflação*

A moeda é o ingrediente básico da inflação. Segundo Milton Friedman, da Universidade de Chicago, “inflação substancial é sempre e em todos os lugares um fenômeno monetário”. A universalidade da relação moeda-inflação pode ser comprovada com dados de crescimento monetário e crescimento do nível geral de preços em diferentes países e épocas, que mostram trajetórias bem semelhantes.

Quando os aumentos na quantidade de moeda da economia ocorrem em proporções compatíveis com o aumento da produção, não há pressões sobre o nível geral de preços. A inflação se manifesta quando a quantidade de moeda aumenta mais rapidamente que a produção da economia. Sabe-se que a produção é limitada pela disponibilidade de recursos físicos e humanos e pelo grau de conhecimento e capacidade no uso desses recursos. Em outras palavras, a produção depende de uma combinação adequada dos fatores de produção terra, trabalho e capital e da tecnologia empregada, sofrendo conseqüentemente restrições em seu crescimento. Normalmente, o crescimento de produção dos países varia de 0 a 9 ou 10% ao ano. Raramente se observam taxas de crescimento da produção superiores a 10% ao ano. A moeda, por outro lado, não tem qualquer tipo de limite e pode crescer a taxas geométricas, como em situações que acabam originando a *hiperinflação*, ou seja, taxas de inflação extremamente elevadas. Tem-se como exemplo o crescimento da moeda de 300% ao mês na Alemanha após a I Guerra Mundial e de 12000% ao mês na Hungria após a II Guerra Mundial. Antigamente, a emissão de moeda e a hiperinflação estavam associados a guerras ou revoluções. Mais recentemente, na América Latina (Bolívia, Brasil, Argentina) e Israel, essa associação de guerra e revolução com hiperinflação deixou de existir. Esses deixaram de ser os únicos motivos para os governos recorrerem à emissão.

3.4.7. *Causas do Crescimento Monetário Excessivo*

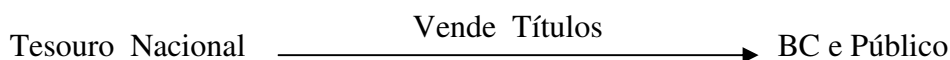
Usualmente, há crescimento monetário excessivo em decorrência de elevados gastos governamentais não compensados por aumentos correspondentes de impostos ou por empréstimos do governo junto ao setor privado.

Quando os maiores gastos do governo são financiados pela elevação dos impostos ou pelo endividamento do setor público junto ao setor privado, não há inflação. Nesse caso, ocorre somente uma redistribuição de recursos entre setor privado e setor público, com o governo tendo mais recursos financeiros para gastar e o setor privado tendo menos. Mas como a tributação é normalmente impopular, fica mais cômodo para o governo financiar seus gastos através da emissão de moeda. Os empréstimos excessivos do público ao governo não são também vistos com bons olhos pela sociedade, já que aumentam a dívida pública e, ao invés de canalizar as poupanças para investimento, acabam direcionando-as para financiamento de déficits governamentais. Assim, a alternativa da emissão de moeda é a mais fácil para o

financiamento dos gastos públicos, apesar de gerar perdas econômicas e sociais de razoável monta, posteriormente.

3.4.8. A Prática da Política Monetária

Como ocorre a expansão monetária:



O Banco Central paga pelos títulos do Tesouro com moedas novas emitidas ou creditando certo valor na conta do Tesouro. O Tesouro, por sua vez, paga as contas do governo (empreiteiras, por exemplo) com essas notas novas ou com cheques de sua conta no Banco Central. Conseqüentemente, há uma expansão monetária na economia. Uma outra possibilidade é o público comprar os títulos do Tesouro e pagar, em contrapartida, com moeda, gerando também um aumento na quantidade de moeda em circulação na economia.

3.4.9. Diferentes Conceitos de Moeda

A moeda é usada na aquisição de bens e serviços e surgiu para facilitar o sistema de trocas. O conceito de moeda mudou muito ao longo do tempo.

Conceitos Antigos de Moedas

Moeda Mercadoria

Inicialmente, houve a *moeda mercadoria* que, apesar de variar de época para época, era sempre um produto pouco abundante que satisfazia necessidades básicas da sociedade. Alguns exemplos de *moeda-mercadoria* utilizadas no passado são o sal, o açúcar, o gado e os escravos.

Moeda Metálica

Dados os problemas de precibilidade, depreciação, diferenças na qualidade, não-divisibilidade e dificuldades no transporte, a *moeda mercadoria* acabou desaparecendo, substituída posteriormente pela *moeda metálica*. Esse sistema monetário baseava-se na utilização de metais como moeda, pelo fato deles serem raros, duráveis, fracionáveis e homogêneos. Exemplos de *moeda metálica* são o cobre, o bronze, o ferro, a prata e o ouro.

A *moeda metálica* tinha, no entanto, o inconveniente de ser pesada e de difícil transporte. Surgem, assim, as chamadas *casas de custódia*, embriões dos futuros bancos. As casas de custódia tomavam conta do ouro e da prata, dando aos depositantes, em contrapartida, certificados de depósitos. Surge, assim, a *moeda papel*.

Moeda Papel

A *moeda papel* corresponde aos certificados de depósitos que possuíam um lastro metálico, ou seja, uma garantia nas casas de custódia.

A circulação dos certificados de depósitos, com o tempo, ficou costumeira, dada a credibilidade que existia em sua conversibilidade. Aos poucos, as casas de custódia começaram a perceber que não havia necessidade do lastro metálico ser absolutamente igual aos certificados de depósitos, pois nem todos pediam reconversão ao mesmo tempo e também sempre haviam novos depósitos de ouro e prata. Surge, assim, o *papel moeda* ou *moeda fiduciária*.

Papel Moeda ou Moeda Fiduciária

O papel moeda ou moeda fiduciária surge quando o lastro metálico integral de 100% é abandonado. A *moeda fiduciária* era parcialmente lastreada por ouro, com o valor dos certificados de depósitos dependendo substancialmente da “fidúcia” ou confiança das pessoas no banco emissor. Em outras palavras, a correspondência plena que existia anteriormente entre certificados de depósitos e metais desaparece, nesse sistema monetário, dando origem à correspondência parcial entre eles.

Moeda Escritural ou Bancária

Posteriormente, desenvolve-se a ordem de pagamento ou cheque, originando assim a *moeda escritural* ou *bancária*. Segundo Simonsen, o mais importante acerca do desenvolvimento da moeda escritural foi a multiplicação dos meios de pagamentos através dos bancos comerciais, quando eles perceberam que os depositantes não sacavam seus fundos todos ao mesmo tempo. Eles passaram, então, a manter encaixes inferiores aos depósitos, que eram emprestados a terceiros, que tornavam a depositar parte desse empréstimo, de forma que os meios de pagamento tornavam-se bem superiores ao saldo do papel moeda emitido. Assim:

$$M = mB \tag{10}$$

onde

M = meios de pagamento ou oferta de moeda;

B = base monetária ou todo o papel-moeda emitido pelo governo;

m = multiplicador da moeda.

Conceitos Atuais de Moeda

Base Monetária

A *base monetária* corresponde ao montante total de Reais em poder do público mais o volume de *reservas* mantidas pelos bancos comerciais, ou seja:

$$B = C + R \tag{11}$$

onde:

B = base monetária;

C = papel moeda em poder do público ou *cash*;

R = reservas dos bancos comerciais.

A base monetária é, assim, o dinheiro que tem poder de multiplicação. Compreende toda a quantidade de moeda disponível (papel moeda e moedinhas) e é uma variável que o Banco Central pode controlar, através do controle da emissão de moeda e pelo controle sobre o nível de reservas mantidos pelos bancos.

$M1$, $M2$, $M3$ e $M4$

Existem outras medidas do estoque de moeda na economia, cujas diferenças conceituais decorrem do grau de liquidez desses ativos.

No Brasil, os agregados monetários também utilizados como medidas da quantidade de moeda na economia são:

$M1$ = Papel Moeda em Poder do Público + Depósitos à Vista;

$M2$ = $M1$ + Títulos Públicos em Poder do Setor Privado;

$M3$ = $M2$ + Depósitos de Poupança;

$M4$ = $M3$ + Depósitos a Prazo e outros Títulos Privados.

Quando a inflação é elevada, o grau de *monetização* da economia diminui, ou seja, diminui o total de $M1$ em relação às aplicações financeiras $M4$. A inflação faz com que as pessoas procurem proteger-se, aplicando seus recursos financeiros em fundos que rendem juros e retendo menos moeda e depósitos às vista. Por outro lado, há remonetização da economia, ou seja, alta relação $M1/M4$ quando a inflação diminui.

3.4.10. Crescimento Monetário no Brasil

A Figura 13 mostra o comportamento da Base Monetária e dos agregados $M1$ e $M4$ no Brasil, nos anos recentes. Como se vê, a Base Monetária e $M1$ são bem correlacionados, tendo aumentado um pouco nos últimos anos. O agregado $M4$, por outro lado, mostra um comportamento diferente, com tendência nitidamente crescente no período. Isso se deve provavelmente à elevada colocação de títulos públicos no mercado e ao crescimento da dívida interna no período.

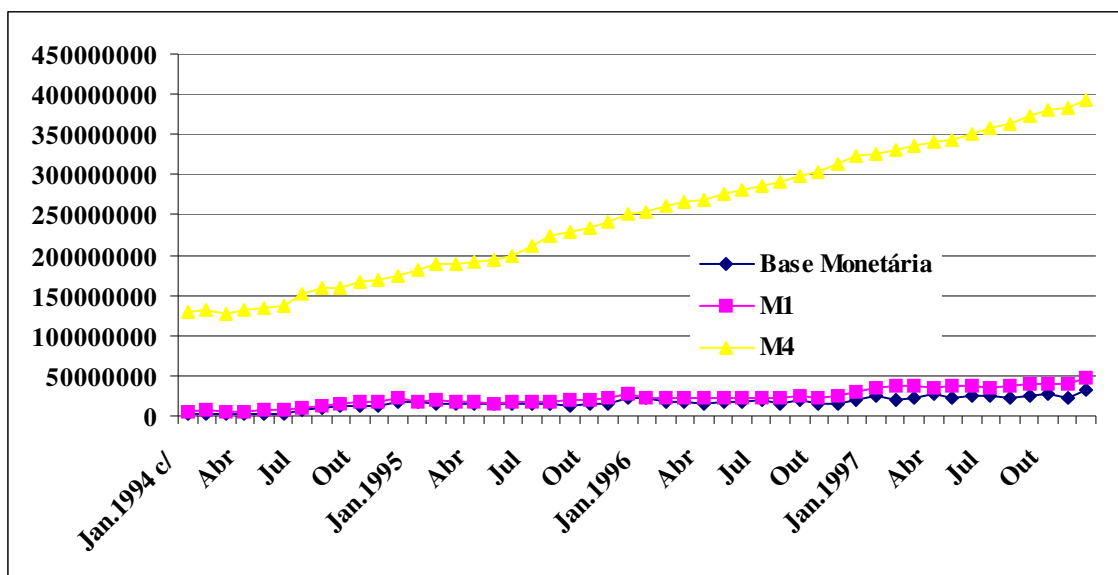


Figura 13. Crescimento Monetário no Brasil, 1994-1997.

3.4.11. Receitas Governamentais Provenientes da Inflação

O governo pode financiar seus gastos de três formas diferentes. As receitas (e os respectivos gastos governamentais) podem aumentar em decorrência de maior tributação, de maior volume de empréstimos junto ao setor privado ou de maior emissão de moeda.

As receitas obtidas através da emissão de moeda são chamadas de *seigniorage*. *Seigniorage* corresponde, portanto, às receitas governamentais obtidas em consequência da emissão de moeda. Como esse aumento da oferta monetária gera inflação, esse processo de emissão de moeda para aumentar receitas governamentais age como um *imposto inflacionário*, que é pago exclusivamente pelos usuários da moeda. À medida em que a inflação aumenta, o poder aquisitivo ou verdadeiro valor da moeda de seus usuários cai, requerendo então uma maior quantidade de dinheiro para a compra de um mesmo número de bens.

Suponha, por exemplo, que o governo brasileiro queira financiar os seus gastos de educação através da emissão de moeda, ou seja, pagando aos fornecedores de bens e serviços com notas recém emitidas pela Casa da Moeda. Como a maior quantidade de moeda na economia gera inflação, dado o caráter essencialmente monetário do fenômeno inflacionário, as pessoas tem uma perda de poder aquisitivo e compram menos bens e serviços que antes. Os recursos financeiros que faltam na compra desses bens e serviços são exatamente os mesmos que foram usados pelo governo nos projetos educacionais; por isso se diz que a emissão de moeda é equivalente à imposição de um imposto inflacionário. Em consequência da emissão e da inflação, há mais recursos disponíveis para os gastos do governo em detrimento dos usuários de moeda, sob os quais recai o ônus da inflação.

A quantidade de moeda emitida varia substancialmente de um país para outro. Nos Estados Unidos, a *seigniorage* corresponde aproximadamente a 2% das receitas governamentais. A tabela abaixo apresenta a inflação média e as *seigniorages* médias para vários países, no período de 1971 a 1982.

PAÍS	INFLAÇÃO	SEIGNIORAGE
Austrália	10,4	3,0
Bolívia	30,3	21,6
Brasil	47,4	17,7
Canadá	8,6	3,0
Dinamarca	10,0	0,7
França	10,1	2,1
Alemanha	5,2	2,5
Grécia	15,8	14,6
Itália	14,7	12,4
México	21,2	23,9
Peru	38,2	20,7
Suécia	9,4	2,2
Reino Unido	13,2	1,7
Estados Unidos	7,9	2,3

Fonte: Cukierman, Edwards e Tabellini (1992).

Esses valores de *seigniorage* foram calculados como uma razão entre os aumentos na *base monetária*, que corresponde à toda moeda emitida no país, e as receitas governamentais. Como se vê, países de inflação média mais elevada, como Bolívia, Brasil, México e Peru, tendem a ter uma taxa de *seigniorage* maior.

3.4.12. Consequências da Inflação

A inflação gera vários efeitos danosos na economia. O mais óbvio é a diminuição do poder aquisitivo da população, que passa a comprar uma cesta de bens cada vez menor em consequência dos salários corroídos pela inflação. A inflação contribui também para uma redistribuição de renda pernicioso, contra quem mantém sua riqueza sob a forma de moeda e a favor de quem detém seu portfólio investido em ações, terras, imóveis, moedas estrangeiras, etc.

A distribuição de renda no Brasil piorou substancialmente nas últimas décadas, em consequência da inflação. As pessoas de maior poder aquisitivo tem acesso à contas e aplicações bancárias remuneradas ou indexadas e tendem a perder bem menos (se é que não ganham) com a inflação do que as pessoas da classe baixa, que não atingem os saldos bancários mínimos exigidos para essas aplicações especiais. A corrosão dos salários dos pobres é, portanto, enorme, fazendo com que fiquem ainda mais pobres numa situação inflacionária. O imposto inflacionário incide, primordialmente, sobre eles, praticamente os únicos detentores de moeda não indexada num ambiente de alta inflação.

A inflação costuma também gerar mudanças políticas drásticas. Pode-se citar como exemplo o surgimento do nazismo na Alemanha, do comunismo na Rússia e dos governos totalitários militares no Brasil, no Chile e na Argentina.

3.4.13. Inflação no Brasil

Planos Econômicos Cruzado, Bresser, Verão e Collor

No Brasil, desde o final da década de 70 até meados dos anos noventa, conviveu-se com elevadas taxas inflacionárias. Ao longo desse período, o país foi submetido a vários planos econômicos, ortodoxos e heterodoxos, mas nenhum teve sucesso efetivo no combate à inflação e na retomada do crescimento econômico. A observação da economia brasileira na segunda metade da década de 80, na Figura 14 a seguir, mostra que todos os esforços para acabar com a inflação foram abandonados pouco tempo depois de anunciados. O Plano Bresser durou apenas seis meses, de julho a dezembro de 1987, enquanto os Planos Cruzado, Verão e Collor duraram cerca de doze meses.

Além da curta duração, outros três pontos podem ser ressaltados. Primeiro, quando da implementação das medidas propostas pelo plano, o que se observava era uma imediata redução no crescimento das taxas inflacionárias. Segundo, dado o fracasso de um plano de ajustamento, este era imediatamente substituído por outro, gerando uma seqüência de tentativas de estabilização. Terceiro, em cada plano novo, o governo tentava impor medidas mais severas, num esforço de convencer o público de seu compromisso. Todos esses fatos *per se* podem ser considerados como uma indicação de falta de credibilidade ou incapacidade de comprometimento das autoridades econômicas brasileiras com uma política antiinflacionária efetiva e consistente.

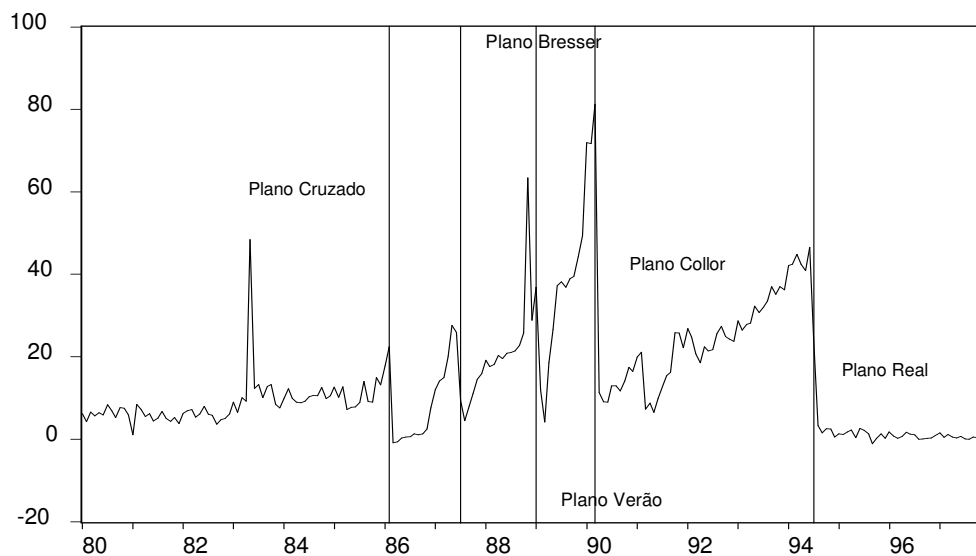


Figura 14 . Inflação no Brasil, 1980 a 1996.

Resultados Alcançados com o Plano Real

No período compreendido entre janeiro de 1994 e julho de 1998, identifica-se claramente que o objetivo principal da política governamental foi a estabilização de preços, com a manutenção das taxas de inflação em patamares reduzidos. Nesse sentido, o governo utilizou uma política monetária altamente restritiva, associada a uma regra de não desvalorizações cambiais.

A formulação e a condução da política macroeconômica, visando esse objetivo, tornou-se perceptível antes mesmo do anúncio do Plano Real, em julho de 1994. Após o processo de impedimento do presidente Fernando Collor, e a consequente posse do vice-presidente Itamar Franco, algumas alterações foram feitas na política econômica. Tais medidas favoreceram a implantação do Plano Real, levando à formação de expectativas favoráveis no que diz respeito ao controle da inflação.

O Plano Real foi implementado em três fases. A primeira delas é identificada pela criação do Fundo Social de Emergência em março de 1994. Numa segunda fase, a equipe econômica, motivada pela similaridade que o processo inflacionário brasileiro apresentava com o processo alemão dos anos vinte, decidiu indexar todos os preços da economia através da criação da Unidade Real de Valor (URV). O resultado foi uma redução drástica do patamar inflacionário. Com a implementação da terceira fase do Plano Real, em junho de 1994, estabeleceu-se a transformação dos valores monetários de URV para reais.

A política monetária adotada implicou na prática de elevadas taxas de juros reais, além de outras medidas pontuais de contenção ao crédito e ao consumo. O governo preocupou-se, nesse período, mais com a inflação do que com o desemprego. O fato de anunciar inflação baixa e obter esse resultado conferiu credibilidade às medidas e ao plano econômico do governo.

Com relação à política cambial, a principal alteração foi a adoção do sistema de bandas cambial⁴ estabelecendo limites inferior e superior, dentro dos quais a taxa de câmbio poderia oscilar livremente. A vantagem desse sistema foi permitir suficiente flexibilidade na taxa de câmbio nominal, para responder às mudanças nas condições internas e externas do país, sendo, ao mesmo tempo, capaz de estabilizar as expectativas dos agentes, contribuindo positivamente para a credibilidade das políticas governamentais.

As medidas adotadas no âmbito das políticas monetária e cambial contribuíram para o alcance e consolidação, por alguns anos, do principal objetivo do Plano Real, qual seja, a estabilização de preços. Entretanto, a ocorrência de dois importantes episódios no cenário internacional evidenciaram a susceptibilidade da economia brasileira aos acontecimentos externos que, por sua vez, dificultaram a conduta posterior da política macroeconômica.

O primeiro episódio, iniciado no segundo semestre de 1997 com a crise asiática, tomou proporções gigantescas, atingindo principalmente os países emergentes. Como consequência, a economia brasileira experimentou uma elevada fuga de capitais, acrescido de uma redução de suas reservas internacionais.

⁴ A política de bandas cambiais será melhor explicada posteriormente no item 3.5.

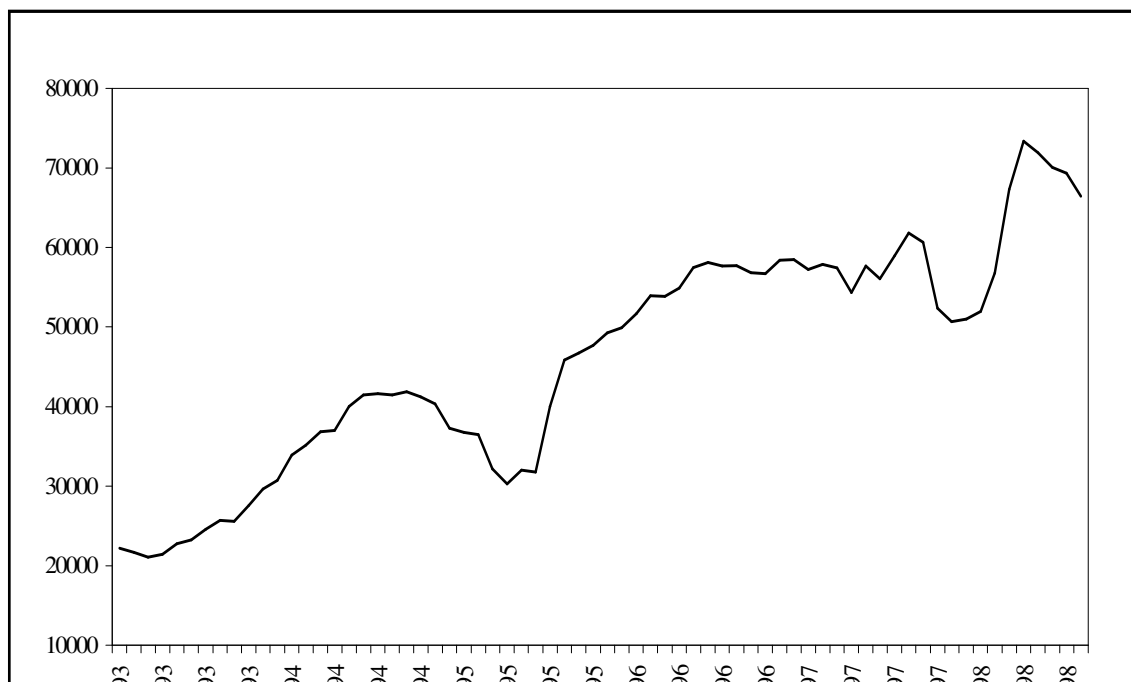


Figura 15 - Reservas Internacionais Brasileiras, Janeiro de 1993 a Julho de 1998.

O segundo episódio refere-se à moratória da Rússia que, sem dúvida, agravou ainda mais a situação da economia brasileira, no que se refere à crescente fuga de capitais e à consequente redução continuada das reservas. A crise financeira, que se iniciou na Rússia, atingiu novamente as bolsas de valores do resto do mundo, inclusive as brasileiras. Incurrendo em prejuízos em outros países, os investidores internacionais reduziram suas aplicações em papéis brasileiros, num contínuo processo de remessas de divisas para o exterior. Assim como no segundo semestre de 1997, também em 1998, as reservas internacionais reduziram-se sensivelmente, como mostra, anteriormente, a Figura 15. No período de julho a setembro de 1998, o país perdeu mais de US\$ 20 bilhões em reservas internacionais.

A crise financeira internacional também atingiu os papéis da dívida externa brasileira, que sofreram fortes desvalorizações no período. A susceptibilidade da economia brasileira aos acontecimentos externos levou a uma queda acentuada dos preços desses papéis, decrescendo ao nível de 49% do valor de face no auge da crise. A falta de confiança dos investidores estrangeiros na capacidade do governo se proteger contra possíveis ataques especulativos, bem como uma associação, talvez errônea, entre a situação da economia brasileira e a dos demais países, fez com que os mesmos buscassem aplicações mais seguras que os títulos dos países emergentes. A perda de credibilidade gerada por esse cenário levou o governo a novamente utilizar a política monetária restritiva como forma de convencer o público, interno e externo, do seu compromisso com a estabilização macroeconômica. Mesmo em circunstâncias adversas, não foram adotadas medidas na área cambial, mantendo-se a regra de não-desvalorizações. O governo optou por uma elevação brutal da taxa de juros, não alterando a condução da política cambial. Essa estratégia implicou numa perda de credibilidade por parte do governo. A contínua utilização de

instrumentos monetários altamente restritivos desgastou a crença do público a respeito da sustentabilidade da estabilização de preços e do alcance da estabilidade macroeconômica, frente ao agravamento da crise externa.

Apesar da enorme fragilidade da economia brasileira frente ao ambiente internacional, observa-se, na Figura 16, que os investimentos externos diretos apresentam uma tendência crescente desde janeiro de 1993, sugerindo uma visão otimista de longo prazo, por parte dos investidores estrangeiros, para a economia brasileira. A abertura econômica, aliada ao processo de privatização, tem permitido a entrada de recursos para aplicação em infra-estrutura, telecomunicações, energia elétrica, siderurgia, petroquímica, dentre outros ramos de atividade. Além disso, esses fluxos de capitais externos têm contribuído, ainda que de forma modesta, para compensar os déficits no balanço de pagamentos em transações correntes e os movimentos de capitais de curto prazo.

Ainda com relação às contas externas, destaca-se a situação deficitária da balança comercial brasileira. As exportações brasileiras perderam competitividade, tanto em função dos custos de produção internos como também pela política econômica de sobrevalorização cambial. Por outro lado, a sobrevalorização favoreceu consideravelmente as importações, aumentando, conseqüentemente, a disponibilidade de produtos para consumo, afora o fato de ter contribuído para a queda dos preços praticados internamente.

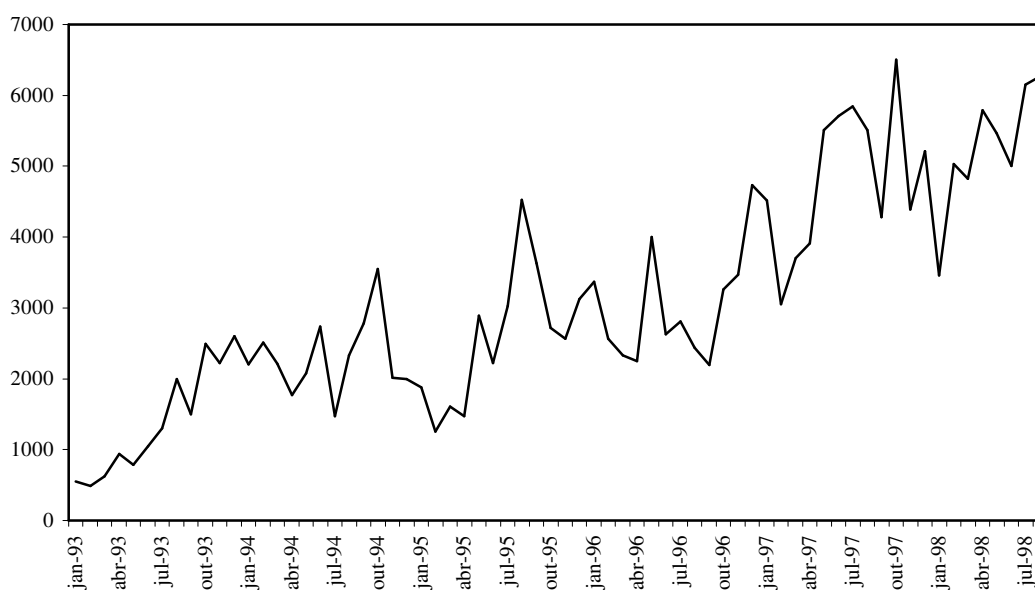


Figura 16 - Investimentos Externos Diretos Brasileiros,
Janeiro de 1993 a Julho de 1998.

Contudo, a ausência de uma substancial reforma fiscal representa, sem dúvida alguma, uma enorme falha do Plano Real. A falta de medidas mais efetivas nessa área, condição necessária para se alcançar a estabilidade macroeconômica, resultou num aumento excessivo da dívida interna pública, como pode ser visto na Figura 17. A prática de taxas de juros elevadas encareceu os custos de rolagem da dívida interna, elevando-a sensivelmente a partir do segundo semestre de 1995. A dívida mobiliária interna federal

fora do Banco Central saltou de R\$ 100 bilhões para mais de R\$ 300 bilhões, no período julho de 1995 a julho de 1998.

Em outubro de 1997, em meio à primeira fase da crise internacional, além da elevação das taxas de juros, o governo anunciou um pacote de medidas na área fiscal, visando não só a melhoria das contas públicas mas, sobretudo, o resgate da credibilidade junto ao público.

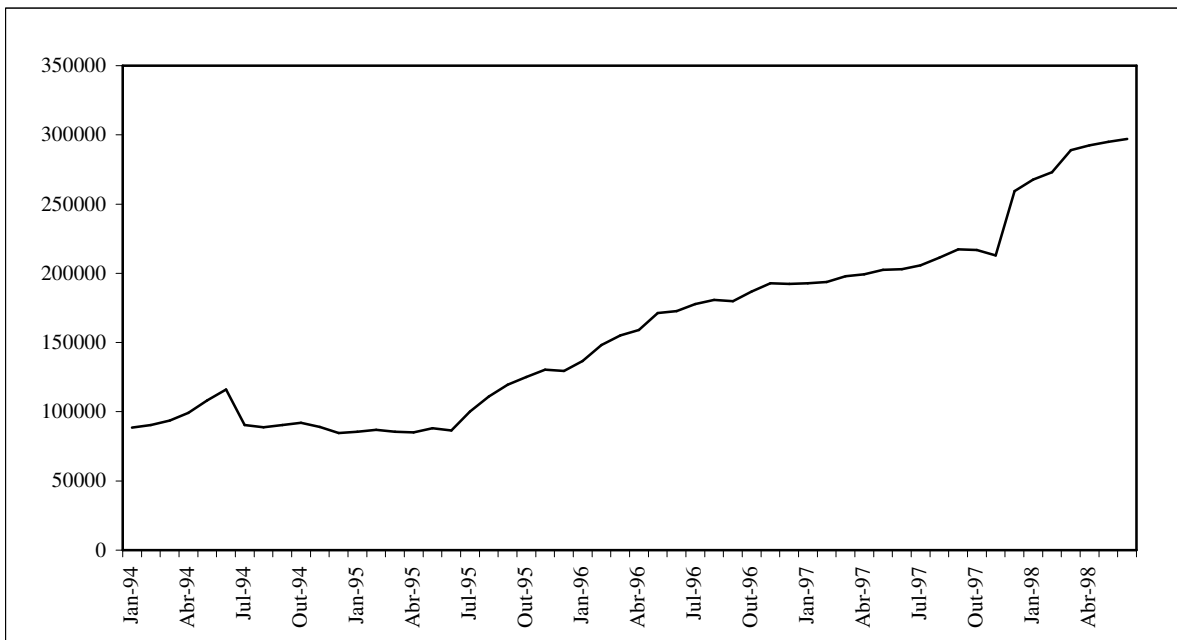


Figura 17 - Dívida Mobiliária Interna Federal Fora do Banco Central, Janeiro de 1994 a Maio de 1998.

Com a temporária melhora do cenário externo, muitas das medidas anunciadas não foram implementadas. O recrudescimento da crise, no segundo semestre de 1998, fez com que o governo tomasse medidas mais austeras, tais como a elevação das taxas de juros a um patamar recorde de 49% a.a. e um corte orçamentário de R\$ 4 bilhões. Os resultados obtidos pelo governo ainda são tímidos. O fato de ter anunciado, mas não ter implementado, o pacote de 51 medidas no final de 1997, levou a uma perda de credibilidade por parte dos agentes privados, fazendo com que os mesmos não acreditassem que o governo implementaria as medidas mais severas anunciadas posteriormente.

Afora essas consequências negativas do Plano Real, destaca-se também o desemprego que, associado ao baixo crescimento econômico, é o principal problema da economia brasileira atual. Após o lançamento do Plano Real, vê-se, na Figura 18, uma queda paulatina nessa taxa, que atinge 4% em fins de 1994, o que pode ser justificado pela recuperação inicial da atividade econômica, remonetização e aumento do poder aquisitivo dos salários. Entretanto, a manutenção da política monetária contracionista imposta pelo Plano Real fez com que a taxa de desemprego voltasse a elevar-se, atingindo novamente 6% no início de 1996 e 8% no primeiro semestre de 1998.

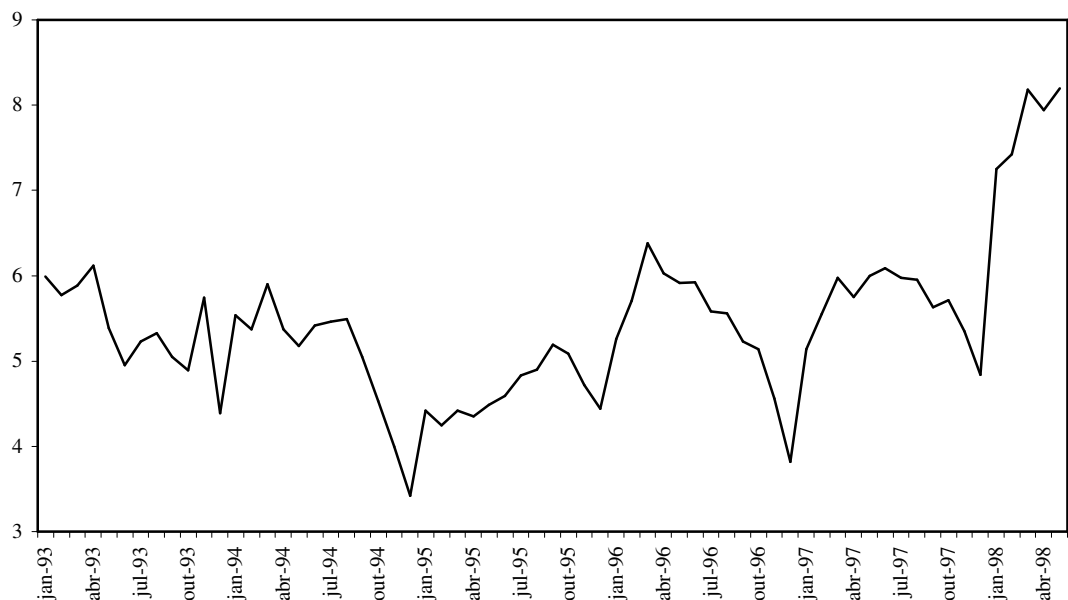


Figura 18 - Taxa de Desemprego Mensal Brasileira, Janeiro de 1993 a Junho de 1998.

A Figura 19 mostra o crescimento da produção industrial como *proxy* do crescimento da economia, no período de janeiro de 1993 à março de 1998, revelando que o nível de atividade econômica do primeiro trimestre do corrente ano é compatível com o nível que prevaleceu no terceiro trimestre de 1993.

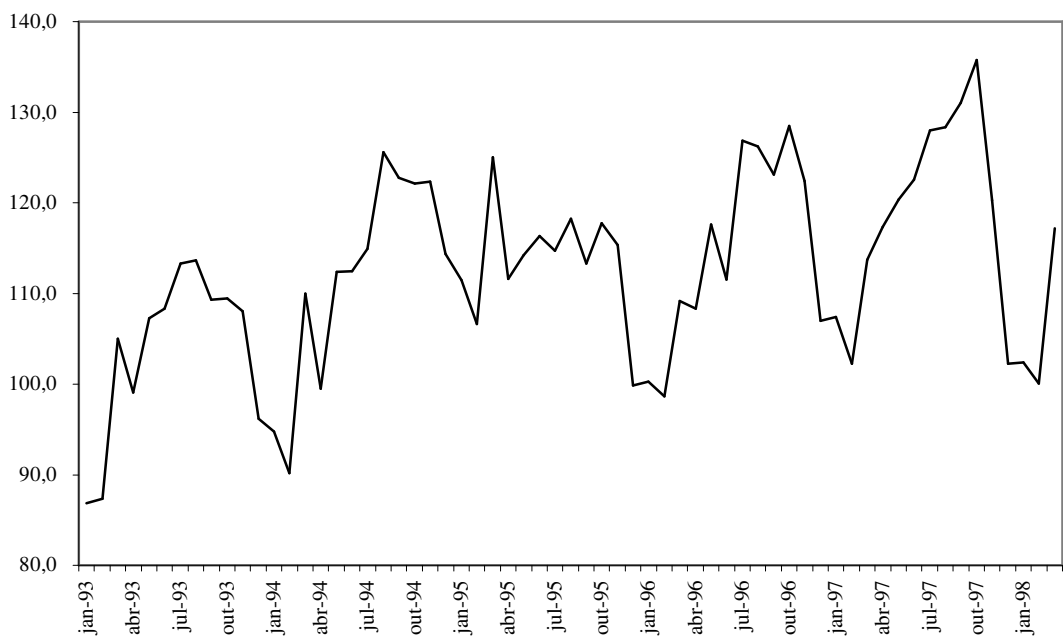


Figura 19 - Produção Industrial Brasileira, Janeiro de 1993 a Março de 1998.

Em síntese, passados vários anos da implementação do Plano Real, observa-se que o governo conseguiu alcançar e manter a estabilização de preços e implementar algumas medidas pontuais importantes, como as privatizações. No entanto, para assegurar uma estabilização de preços sustentável e alcançar um cenário de efetiva estabilidade macroeconômica, há ainda muito por se fazer. Afora a necessidade imperiosa de uma profunda e eficaz reforma fiscal, há que se buscar soluções definitivas para o desemprego e o crescimento econômico.

CONCEITOS CHAVES

Inflação
Inflação Ex-Post e Ex-Ante
Inflação Aberta e Reprimida
Inflação de Demanda e de Oferta
Índice de Laspeyres
Índice de Paasche
Moeda
Moeda Mercadoria
Moeda Metálica
Casas de Custódia
Moeda Papel
Papel Moeda ou Moeda Fiduciária
Lastro
Moeda Escritural ou Bancária
Meios de Pagamento
Encaixes
Depósitos
Reservas
Base Monetária
M1
M2
M3
M4
Monetização
Taxa de Juros Nominal e Real
Hiperinflação
Emissão de Moeda
Títulos do Governo
Imposto Inflacionário
Seigniorage
Planos de Estabilização
Plano Cruzado
Plano Bresser
Plano Verão

Plano Collor
Plano Real
URV

3.5. BALANÇO DE PAGAMENTOS E POLÍTICA CAMBIAL

3.5.1. Comércio Internacional e Vantagem Comparativa

As nações não são auto-suficientes, elas engajam em *comércio internacional*, ou seja, exportações e importações de bens e serviços, motivadas principalmente por:

(a) diferenças no clima e na dotação de recursos naturais. As frutas cítricas, o cacau e o café, por exemplo, requerem determinadas condições climáticas não existentes em todos os países. A extração de minérios e petróleo, por outro lado, depende de dotação desses recursos naturais no país.

(b) diferenças de tradições e costumes. A Suíça, por exemplo, se tornou conhecida na produção de relógios e no oferecimento de serviços bancários de diversos tipos e o Japão pela produção de eletro-eletrônicos. Tradições de trabalho e conhecimento são, dessa forma, passados de geração para geração, dando ao país certa vantagem em determinadas produções de bens ou serviços.

Os países se especializam na produção de determinados bens ou serviços devido às vantagens especiais que eles tem ao procederem dessa forma. Essas vantagens são chamadas pelos economistas de *vantagens comparativas* e podem ser consequência de melhores condições superiores de recursos naturais, maior qualificação da mão de obra, etc. O comércio é, portanto, fundamentalmente determinado pelas diferentes vantagens comparativas dos países.

3.5.2. Balanço de Pagamentos

Um balanço de pagamentos mostra o registro das transações econômicas do país com o resto do mundo. Essas transações de compra e venda são agrupadas em duas grandes categorias:

- (a) conta corrente;
- (b) conta de capital.

Conta Corrente

A conta corrente é um sub-item do balanço de pagamentos e registra o comércio de bens e serviços e as transferências de pagamentos.

Os elementos da conta corrente do balanço de pagamentos são os seguintes:

- (i) Balança comercial
 - Exportações
 - Importações

- (ii) Balança de serviços
 - Viagens internacionais
 - Transportes
 - Seguros
 - Rendas de capitais
 - Serviços governamentais
 - Serviços diversos
- (iii) Transferências unilaterais

A balança comercial corresponde à diferença entre exportações e importações de produtos. Normalmente ela engloba os valores mais altos do balanço de pagamentos. Um *superavit na balança comercial* significa que as exportações suplantaram as importações. Um *déficit na balança comercial*, por outro lado, significa que as exportações foram menores que as importações.

A balança de serviços corresponde à diferença existente entre as exportações e importações de serviços diversos. As viagens internacionais, por exemplo, englobam como receitas os gastos de turistas e homens de negócios do exterior e temporariamente em viagens pelo país. Os gastos dos residentes do país, no caso brasileiros, em viagens ao exterior são computados como despesas. Os serviços de transportes envolvem as receitas e despesas com fretes. As rendas de capitais referem-se a juros, lucros e dividendos decorrentes de empréstimos e investimentos internacionais. Os serviços governamentais englobam, por exemplo, a manutenção de militares e diplomatas no exterior.

As *transferências unilaterais* referem-se aos donativos voluntários ou compulsórios, privados ou governamentais, de um país para outro. Geralmente os países menos desenvolvidos tem superavit nessas transferências e os mais desenvolvidos têm déficit. Quando se fala em *superavit em conta corrente*, significa que o saldo da soma da balança comercial, balança de serviços e transferências unilaterais é positivo. Há *déficit em conta corrente* quando o saldo da soma da balança comercial, balança de serviços e transferências unilaterais é negativo.

Conta de Capital

A conta de capital é outro sub-item do balanço de pagamentos e registra as entradas e saídas de ativos. Os elementos da conta de capital do balanço de pagamentos são os seguintes:

- (i) Investimentos estrangeiros líquidos;
- (ii) Empréstimos a médio e longo prazos;
- (iii) Empréstimos a curto prazo;
- (iv) Amortizações.

Os *investimentos estrangeiros líquidos* correspondem ao ingresso de capital no país. Geralmente correspondem aos investimentos estrangeiros de multinacionais.

Os empréstimos a médio e longo prazos são operações para financiar projetos de altos custos e longo prazo de maturação, quer privados ou governamentais.

Os empréstimos à curto prazo são resultantes de eventuais desajustamentos temporários.

As amortizações são pagamentos parciais ou totais de empréstimos de curto, médio e longo prazos contraídos no exterior. Quando os países são credores de residentes de outros países, as amortizações implicam ingresso de divisas.

Um superavit na conta de capital significa que as receitas provenientes de investimentos, empréstimos e amortizações são maiores que as respectivas despesas. Já um *déficit na conta de capital* corresponde a um saldo negativo na soma de investimentos, empréstimos e amortizações.

3.5.3. O Comportamento Recente do Balanço de Pagamentos Brasileiro

A Figura 20 mostra o saldo da balança comercial brasileira de janeiro de 1971 a outubro de 1996.

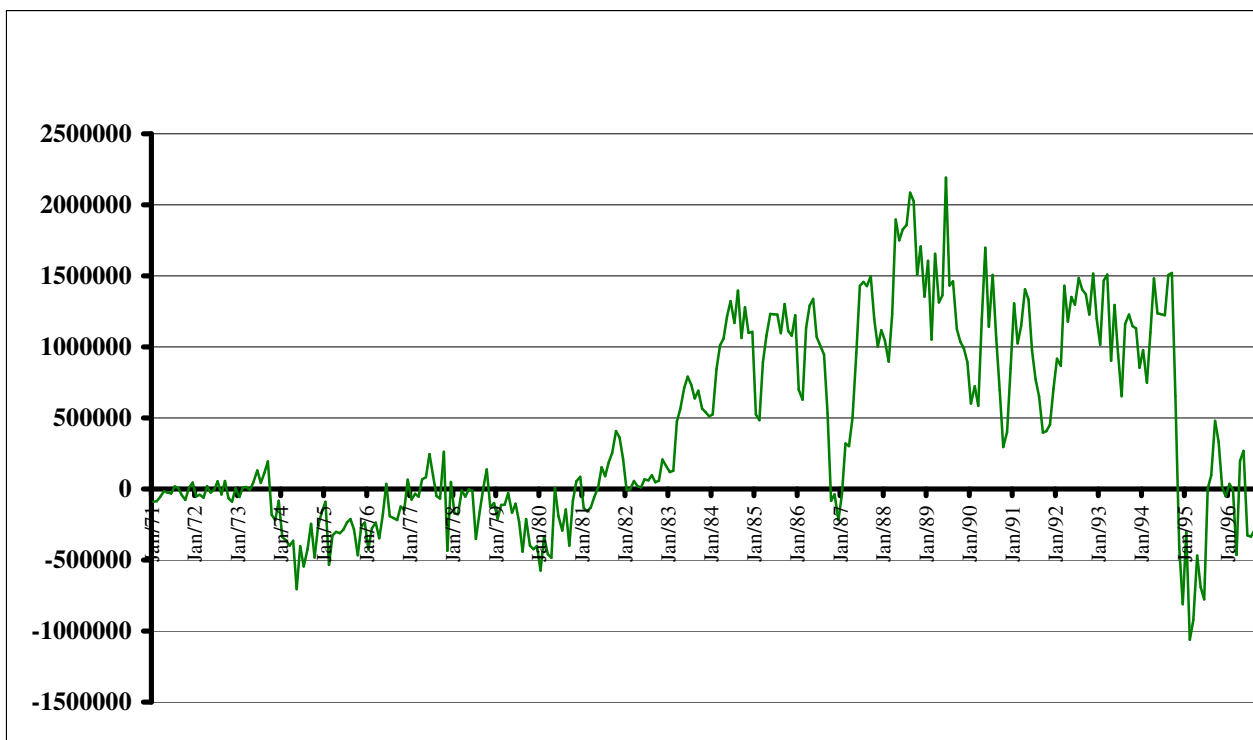


Figura 20. Saldo da Balança Comercial do Brasil (US\$ 1.000,00), Janeiro 71 a Outubro 96.

As exportações, como se vê, foram inferiores às importações na década de 70. Durante a década de 90, as exportações foram substancialmente maiores que as importações. De 1995 em diante, no entanto, os saldos da balança comercial tem sido negativos, com as importações bem maiores que as exportações.

A Figura 21 ilustra o comportamento da conta corrente, da conta de capital e o saldo do balanço de pagamentos, no período de 1970 a 1997.

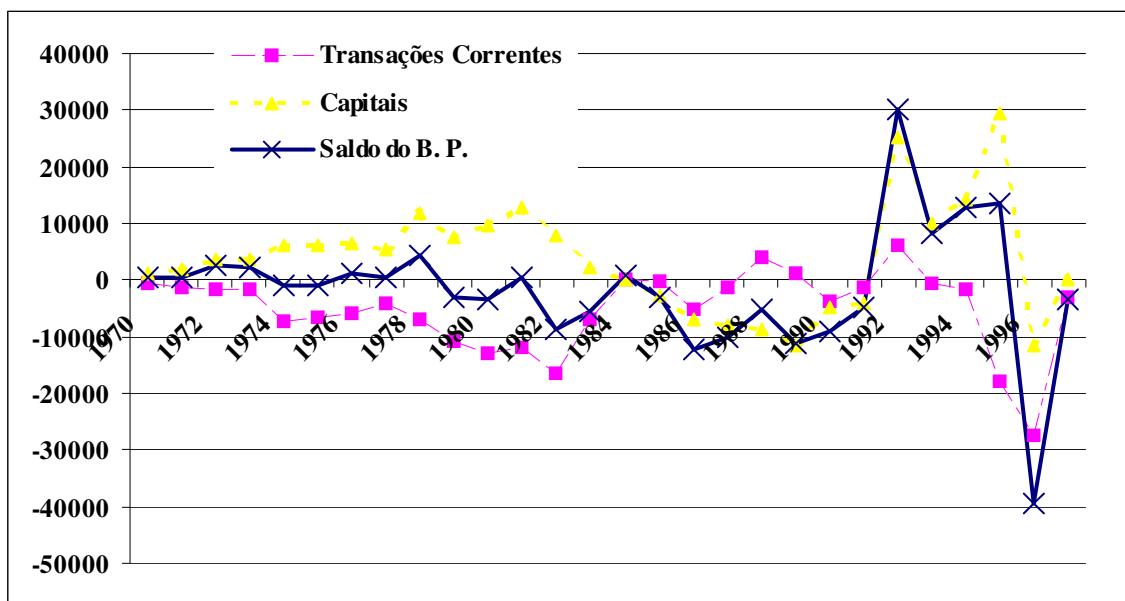


Figura 21. Conta Corrente, Conta de Capital e Balanço de Pagamentos Brasileiro (em US\$ 1000.000), 1970-1997.

O saldo do balanço de pagamentos, majoritariamente positivo na década de 70, foi negativo em toda a década de 80 e, após o período positivo e elevado de 1992-96, caiu substancialmente nos anos recentes. Nota-se, também, que nos últimos anos os valores negativos da conta corrente tem sido parcialmente neutralizados pelos saldos positivos da conta de capital.

3.5.4. Taxa de Câmbio

Existem dois conceitos de taxa de câmbio, que são a *taxa de câmbio nominal* e a *taxa de câmbio real*.

Taxa de Câmbio Nominal

É o conceito de taxa de câmbio que os jornais apresentam diariamente. Ela corresponde ao preço relativo das moedas de dois países.

Em geral, a taxa de câmbio é definida como o número de unidades em moeda estrangeira.

Exemplos: Na França: 3 francos/1 marco alemão
 Na Alemanha: 0,33 marcos/1 franco
 No Brasil: 1,7 reais/1 dólar

Deve-se mencionar que alguns países (Estados Unidos e Inglaterra, principalmente), não utilizam esse conceito de taxa de câmbio e sim o contrário, ou seja, o número de unidades de moeda estrangeira necessário para adquirir uma unidade de moeda nacional.

Exemplo: Nos EUA: 105 ienes/1 dólar

Associado ao conceito de taxa de câmbio, têm-se os conceitos de *valorização e desvalorização* da moeda.

Valorização e Desvalorização Nominal da Moeda

As taxas de câmbio variam diariamente e essas quedas ou elevações na taxa de câmbio são conhecidas por *valorização e desvalorização*.

Supondo uma taxa de câmbio nominal E, igual ao número de Reais necessários para adquirir 1 dólar, têm-se:

Valorização (nominal) do Real	Valor do Real ↑	Nº de Reais Por dólar ↓	E ↓
Desvalorização (nominal) do Real	Valor do Real ↓	Nº de Reais Por dólar ↑	E ↑

A valorização (nominal) do Real corresponde à uma queda na taxa de câmbio (nominal) e a desvalorização (nominal) do Real refere-se à elevação da taxa de câmbio (nominal). Recentemente, uma mudança na política cambial brasileira fez a taxa de câmbio se desvalorizar de aproximadamente 1 Real/1 Dólar para 1,7 Reais/1 Dólar.

Taxa de Câmbio Real

A decisão das firmas e consumidores comprarem produtos estrangeiros ou nacionais depende do preço dos bens estrangeiros em relação aos bens nacionais, o que é chamado *taxa de câmbio real*. A taxa de câmbio real é, portanto, definida como o preço relativo dos bens em dois países.

Um exemplo ajuda a visualizar como se chega na taxa de câmbio real. Suponha que um consumidor tenha a possibilidade de comprar um produto, por exemplo, um jeans no Brasil ou na Alemanha. Para decidir onde comprar o jeans, ele faz uma comparação do preço do jeans nos dois países, ou seja:

Preço do produto alemão em Marco Alemão (P^*) → Preço do produto alemão em Reais

$(E.P^*)$ ↘

Preço do produto Brasileiro em Reais (P) → $\epsilon = \frac{EP^*}{P}$ (12)

onde: ϵ = taxa de câmbio real e
 E = taxa de câmbio nominal.

Associado ao conceito de taxa de câmbio real, existem os conceitos de *valorização real* e *desvalorização real* da moeda.

Valorização e Desvalorização Real da Moeda

Dado que a taxa de câmbio real corresponde à taxa de câmbio nominal vezes a relação de preços de produtos estrangeiros e nacionais, ocorre valorização ou desvalorização real do Real, por exemplo, quando:

Valorização (real) do Real	$\frac{P^*}{P}$ ↓ Produtos estrangeiros relativamente mais baratos $\frac{P^*}{P}$ ↑ Produtos estrangeiros relativamente mais caros	ϵ ↓
Desvalorização (real) do Real	$\frac{P^*}{P}$ ↑ Produtos estrangeiros relativamente mais caros $\frac{P^*}{P}$ ↓ Produtos estrangeiros relativamente mais baratos	ϵ ↑

Assim, a valorização (real) do Real corresponde a uma queda na taxa de câmbio (real), quando os produtos estrangeiros ficam relativamente mais baratos que os produtos nacionais brasileiros, e a desvalorização (real) do Real corresponde a uma elevação na taxa de câmbio (real), situação essa em que os produtos nacionais brasileiros ficam relativamente mais baratos.

É fácil visualizar, portanto, que uma valorização da taxa de câmbio real estimula as importações (porque os produtos estrangeiros estão mais baratos) e desestimula as exportações (já que os produtos nacionais estão mais caros). Uma desvalorização da taxa de câmbio real, por outro lado, estimula as exportações (já que os produtos nacionais estão mais baratos), desestimulando, conseqüentemente, as importações (porque os produtos estrangeiros estão mais caros).

Taxas de Câmbio Fixa e Flexível

Existem dois sistemas cambiais básicos: o sistema de *taxas de câmbio fixas*, onde os Bancos Centrais ficam a postos para ações de compra e venda de suas moedas a um preço fixo em termos de dólares, e o regime de *taxas de câmbio flexíveis*, em que os Bancos

Centrais permitem que a taxa de câmbio se ajuste para equilibrar a oferta e a demanda por moeda estrangeira. A oferta de moeda estrangeira é suprida pelos turistas estrangeiros, exportadores de bens e serviços, receptores de investimentos externos e tomadores de empréstimos e financiamentos do exterior. Do lado da demanda, os agentes são os turistas brasileiros, os investidores brasileiros no exterior, os importadores de bens e serviços, as empresas que repatriam investimentos externos ou pagam lucros e dividendos sobre eles e aquelas que amortizam ou pagam juros de empréstimos captados no exterior. No regime de taxas flexíveis, o balanço de pagamentos equilibra-se automaticamente: a soma algébrica dos saldos de transações correntes e do movimento de capitais autônomos é igual a zero.

O gráfico a seguir ajuda a visualizar a diferença entre os dois regimes cambiais.

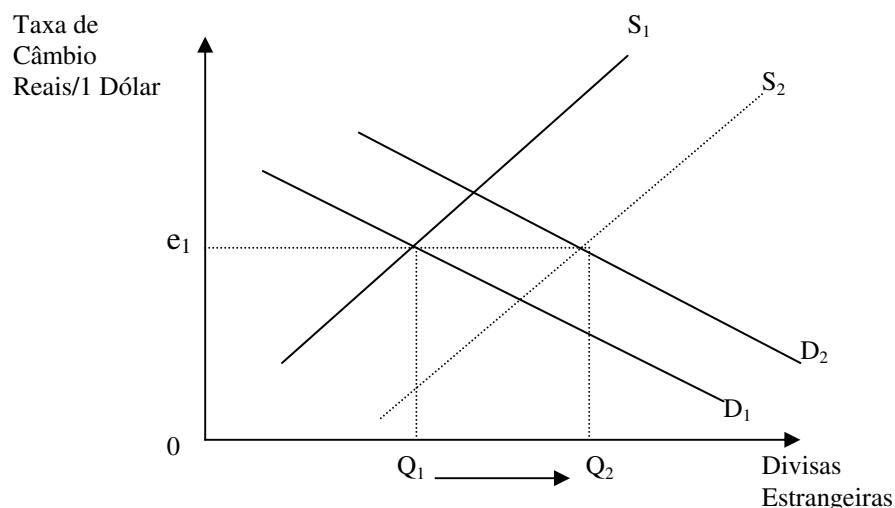


Figura 22. Regime Cambial Fixo.

Suponha que o sistema cambial seja fixo em e_1 . Caso, por alguma razão, a demanda por divisas estrangeiras aumente de D_1 para D_2 , passa a haver uma demanda por divisas estrangeiras superior à oferta ($OQ_2 > OQ_1$). Para manter a taxa de câmbio fixa em e_1 , o Banco Central vende divisas no mercado doméstico, diminuindo suas reservas num montante correspondente ao excesso de demanda de mercado.

Nas operações cambiais com taxa de câmbio fixa, o Banco Central troca moeda nacional por estrangeira (ou vice-versa) para estabilizar a taxa de câmbio. Quando o Banco Central compra ou vende reservas estrangeiras, há conseqüentemente uma variação na base monetária. Em outras palavras, a oferta de moeda vai aumentar ou diminuir quando o Banco Central troca moeda nacional por estrangeira, para que a taxa de câmbio permaneça constante. Assim, o Banco Central perde autonomia na condução da política monetária quando o sistema cambial é fixo. O Banco Central é também forçado a manter um volume adequado de reservas para atender aos eventuais excessos de demanda por divisas.

No regime cambial flexível, por outro lado, a taxa de câmbio varia quando há um aumento de demanda por divisa estrangeira, como se vê na Figura 23 a seguir:

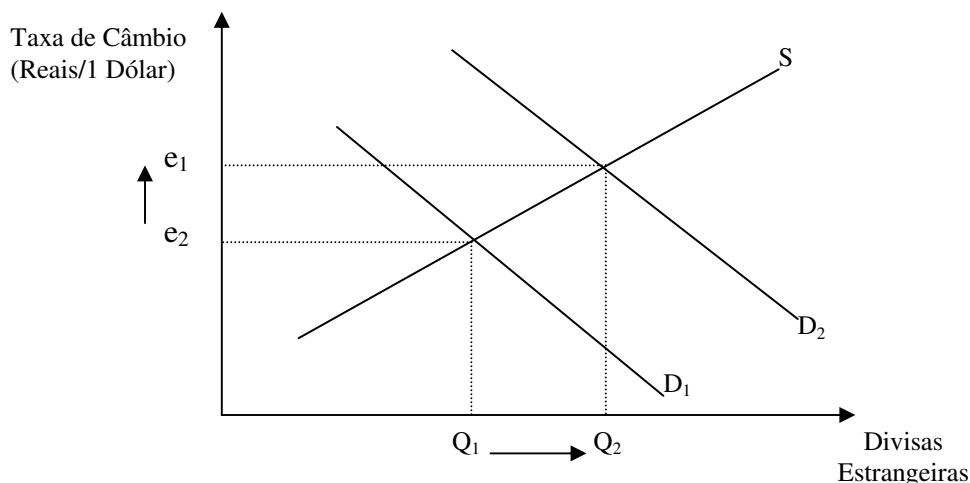


Figura 23. Regime Cambial Flexível.

Se a demanda por divisas estrangeiras aumenta de D_1 para D_2 , esse desequilíbrio é corrigido com uma desvalorização da moeda do país, ou seja, com uma elevação da taxa de câmbio de e_1 para e_2 . O novo ponto de equilíbrio corresponde à interseção de D_2 com S .

Num regime cambial flexível, o Banco Central não tem nenhum compromisso para apoiar uma determinada taxa de câmbio. Todas as flutuações na demanda e na oferta de moeda estrangeira acomodam-se por meio de alteração de preço da moeda estrangeira em relação à moeda nacional. O Banco Central tem autonomia para definir a oferta monetária sem nenhum compromisso com uma taxa de câmbio específica, permitindo que ela flutue livremente em resposta aos distúrbios econômicos.

Bandas de Câmbio

A *banda de câmbio* é um regime cambial intermediário, com características do regime cambial fixo e flexível. A taxa de câmbio pode flutuar livremente dentro dos limites inferior e superior da banda de câmbio.

A Figura 24 a seguir ilustra o regime de bandas de câmbio com flutuações dentro de limites preestabelecidos.

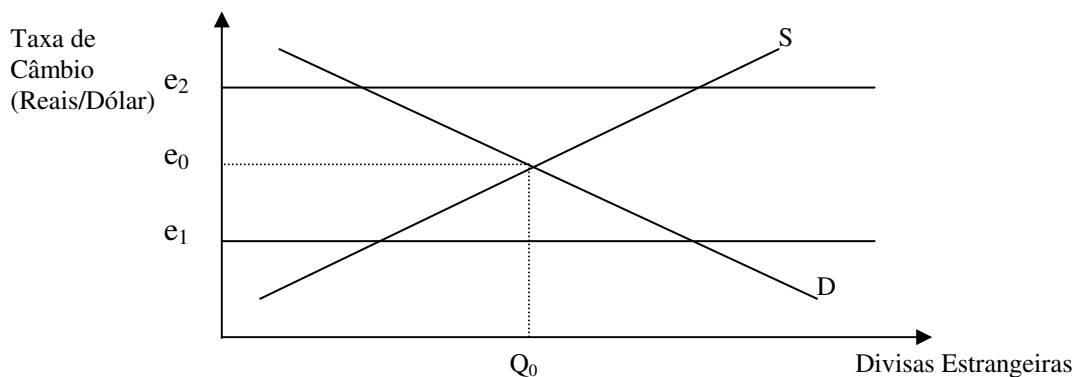


Figura 24. O Regime de Bandas de Câmbio.

Pelo conceito de bandas de câmbio, as forças de mercado podem atuar livremente no intervalo das taxas de câmbio $e_1 e_2$. Se o mercado levar o câmbio para o limite superior e_2 , o Banco Central compra divisas, ou seja, retira divisas do mercado, o que aumenta as suas reservas e aumenta a quantidade de Reais em circulação, o que provoca uma queda na taxa de juros. Se, por outro lado, o mercado conduzir a taxa de câmbio para o limite inferior e_1 , o Banco do Central vende divisas, ou seja, coloca divisas no mercado, o que diminui as reservas do país e diminui a quantidade de Reais em circulação, o que provoca uma elevação na taxa de juros.

Em síntese, no regime de bandas de câmbio o Banco Central fixa uma zona $e_1 e_2$ de flutuação para a taxa de câmbio, e qualquer tentativa de superação dos extremos $e_1 e_2$ da banda desencadeia intervenções do Banco Central que, dessa forma, mantém o câmbio dentro dos limites desejados.

3.5.5. Taxa de Câmbio Nominal Brasileira.

A Figura 25 mostra o comportamento da taxa de câmbio nominal brasileira, ou seja, a quantidade de moeda nacional por 1 dólar, no período de 1974 a 1997.

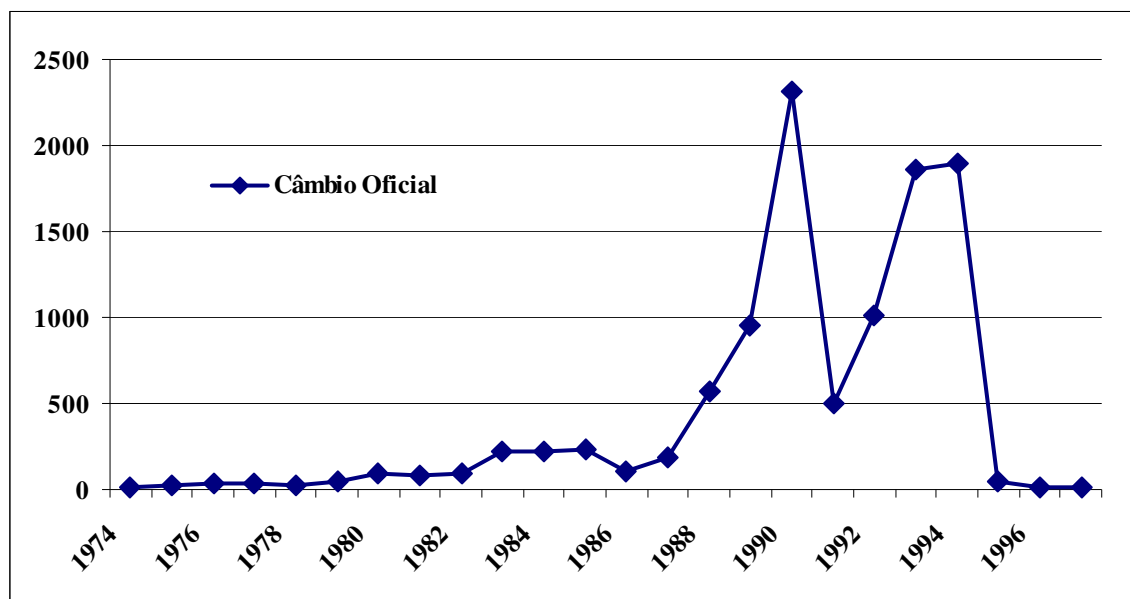


Figura 25. Taxa de Variação (%) da Taxa de Câmbio Nominal Brasileira, 1974 a 1997.

Nota-se que a maior desvalorização da moeda nacional ocorreu em fins de 1989, no final do governo Sarney, época em que houve um pico hiperinflacionário. Observa-se também que a taxa de câmbio valorizou-se substancialmente após o Plano Real, em meados de 1994.

CONCEITOS CHAVES

Comércio Internacional
Vantagens Comparativas
Balanço de Pagamentos
Conta Corrente
Balança Comercial
Exportações
Balança de Serviços
Importações
Transferências Unilaterais
Conta de Capital
Investimentos
Empréstimos
Amortizações
Taxa de Câmbio Nominal
Valorização Nacional da Moeda
Desvalorização Nacional da Moeda
Taxa de Câmbio Real
Valorização Real da Moeda
Desvalorização Real da Moeda
Taxa de Câmbio Fixa
Taxa de Câmbio Flexível
Banda de Câmbio

3.6. Déficit, Dívida e Política Fiscal

3.6.1. Principais Variáveis de Política Fiscal

As principais variáveis associadas com a política fiscal são os *gastos do governo* (G), que compreendem todos os bens adquiridos pelos governos federal, estadual e municipal e os *impostos ou tributos* (T), que dizem em respeito ao total de receitas arrecadadas pelo governo com os impostos.

Uma *política fiscal expansionista* compreende aumentos nos gastos do governo ou diminuições nos tributos, que colaboram para uma expansão ou aumento da atividade produtiva.

Uma *política fiscal contracionista*, por outro lado, está associada a menores gastos do governo ou elevações nos impostos, que geram uma contração na produção do país.

Quando o montante que o governo gasta é superior ao total que ele arrecada sob a forma de impostos, diz-se que há *déficit*.

3.6.2. Principais Conceitos de Déficit e Dívida

Ocorre *déficit* quando o governo gasta mais do que arrecada em impostos, necessitando assim tomar emprestado do setor privado. Quando as despesas do governo são inferiores às suas receitas, ele incorre em *deficit orçamentário*, sendo este financiado com emissões de títulos da dívida pública. Quando, por outro lado, há um *superavit orçamentário*, as receitas do governo são superiores aos seus gastos, possibilitando resgatar parte da dívida pública. A *dívida (interna) pública* corresponde ao total de empréstimos acumulados ao longo do tempo.

Vários são os conceitos de deficit:

Déficit Nominal

O *déficit nominal* é definido como:

$$\text{Deficit Nominal} = iB + G - T \quad (13)$$

onde: iB = gastos do governo com pagamento de taxa de juros nominais (i) sobre um estoque de dívida pública (B);

G = gastos do governo com bens e serviços;

T = receitas do governo com impostos.

Quando o deficit nominal é positivo, o governo está gastando mais que arrecadando e necessita, portanto, emitir mais dívida. Esse conceito de deficit, no entanto, não é adequado, principalmente em países com elevada inflação.

Deficit Real

O *deficit real* é uma medida mais correta da situação financeira do governo, pois refere-se ao deficit a preços constantes, eliminado o efeito da inflação.

Sabe-se que a taxa nominal de juros (i) inclui tanto a taxa real de juros (r) quando a taxa de inflação (π):

$$i = r + \pi \quad (14)$$

Consequentemente: $r = i - \pi$, ou seja, a taxa de juros real (r) elimina o efeito da inflação.

O deficit real é, portanto:

$$\text{Deficit Real} = rB + G - T \quad (15)$$

ou

$$\text{Deficit Real} = (i - \pi) B + G - T \quad (16)$$

Deficit Operacional do Setor Público

É um conceito utilizado pelo FMI quando supervisiona as políticas econômicas de países devedores. É também conhecido como *Conceito Operacional da Necessidade de Financiamento do Setor Público* (NFSP). O conceito NFSP engloba, como parte do setor público, os governos federal, estaduais e municipais, a previdência social e empresas estatais. Todos os gastos de consumo, investimento e rolagem da dívida são considerados.

A NFSP é muito afetada pelas variações nas taxas de inflação, pois os custos de rolagem da dívida pública são normalmente indexados. Num ambiente inflacionário, portanto, a correção monetária que incide sobre os títulos públicos faz com que a NFSP aumente, sem haver maiores gastos do governo. Para eliminar essa distorção, utiliza-se o conceito operacional da NFSP, que deduz a correção monetária da dívida.

Assim, o conceito nominal da NFSP é semelhante ao conceito de deficit nominal, pois inclui a correção monetária. O conceito operacional da NFSP, por outro lado, também conhecido por deficit operacional, é análogo ao de deficit real, pois exclui a correção monetária.

Deficit Primário

O conceito de *deficit primário* mede somente os gastos não financeiros do governo frente à arrecadação de impostos, sem se preocupar com a dívida pública.

$$\text{Deficit Primário} = G - T \quad (17)$$

Essa definição pode ser útil quando não se quer considerar o impacto das variações das taxas de juros sobre o estoque acumulado da dívida e, conseqüentemente, sobre as necessidades de financiamento do setor público. Pode ser uma medida irreal do deficit se a dívida em títulos do governo é muito grande.

3.6.3. Comportamento da Dívida Interna e Externa Brasileira

A Figura 26 mostra o comportamento da dívida interna e externa do setor público brasileiro, de 1994 a 1997. Nota-se que a dívida interna do setor público cresceu muito nos últimos anos, atingindo 30% do PIB em 1997. Por outro lado, a dívida externa do setor público diminuiu nesse mesmo período.

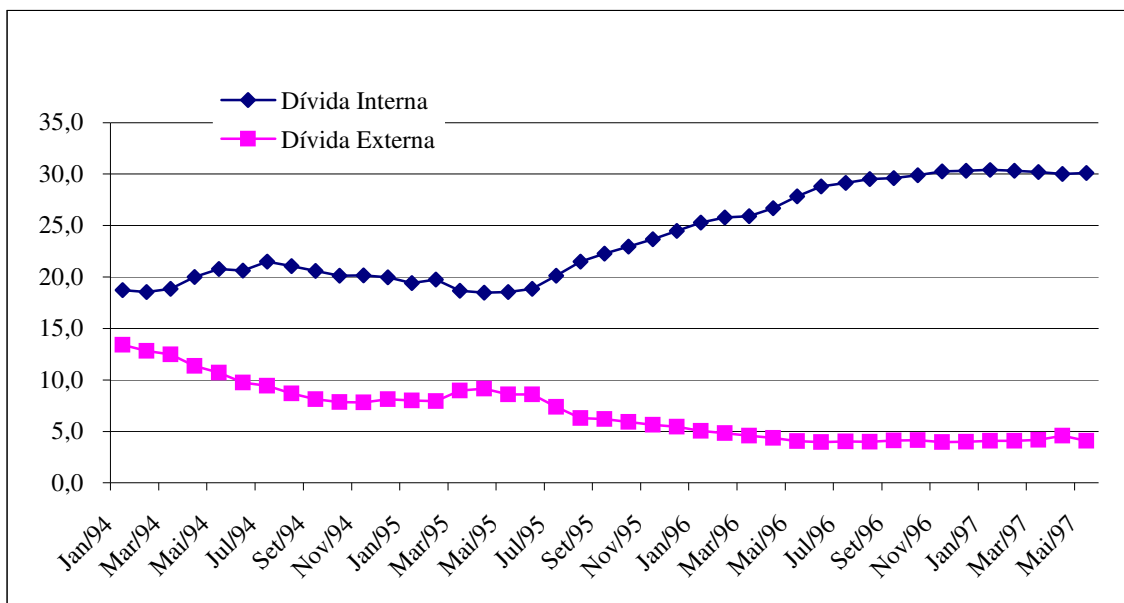


Figura 26. Dívida Líquida Interna e Externa do Setor Público como Percentagem do PIB, Janeiro 1994 – Abril 1997.

A Figura 27 desagrega a dívida do setor público entre o governo federal e banco central, estados e municípios e estatais, de 1994 a 1997.

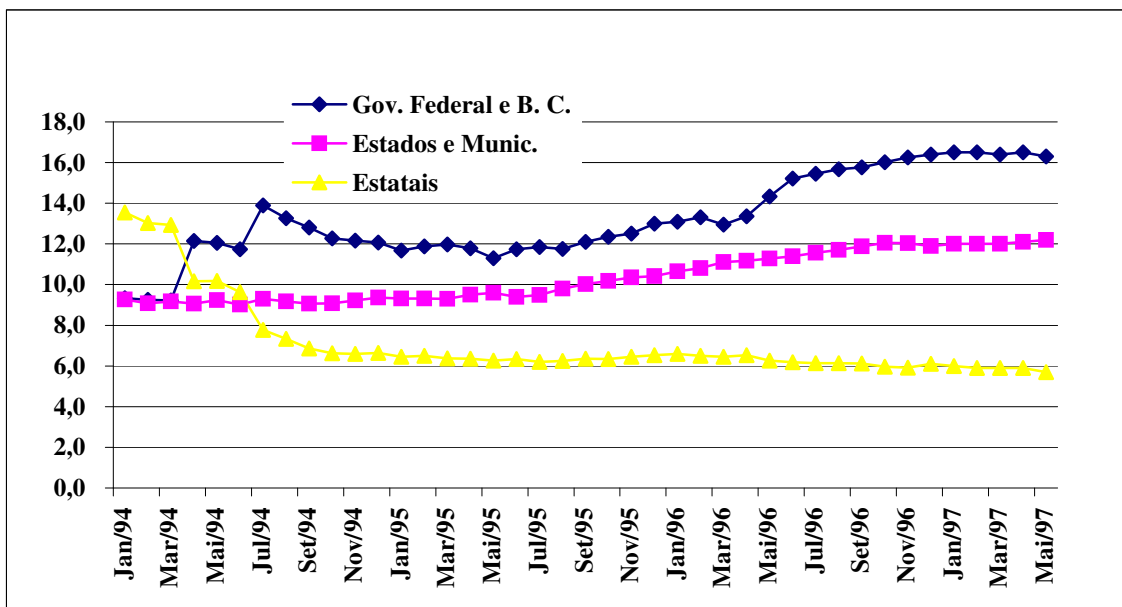


Figura 27. Dívida Líquida do Setor Público como Percentagem do PIB, Janeiro 1994-Abril 1997.

Observa-se que a dívida do governo federal cresceu, de 1995 em diante, assim como a dívida dos estados e municípios. Por outro lado, a dívida das estatais diminuiu ao longo do período.

Conceito Chaves

Política Fiscal

Gastos do Governo

Tributos

Política Fiscal Expansionista

Política Fiscal Contracionista

Deficit Orçamentário

Superavit Orçamentário

Dívida Pública

Deficit Nominal

Deficit Real

Deficit Operacional do Setor Público

Necessidade de Financiamento do Setor Público

Deficit Primário